

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**

WILSON ROCHA ASSIS

**OS MODERADOS E AS REPRESENTAÇÕES DE GOIÁS N'A *MATUTINA*
MEIAPONTENSE (1830 – 1834)**

GOIÂNIA

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WILSON ROCHA ASSIS

**OS MODERADOS E AS REPRESENTAÇÕES DE GOIÁS N'A *MATUTINA*
MEIAPONTENSE (1830 – 1834)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Orientadora: Professora Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes

GOIÂNIA

2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Assis, Wilson Rocha.

**A848m Os moderados e as representações de
Goiás n' A Matutina Meiapotense (1830-1834)
/ Wilson Rocha Assis. – Goiânia, 2007.
101f.**

**Orientadora: Cristina de Cássia Pereira
Moraes.**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Fe-
deral de Goiás, Faculdade de Ciências Huma-
nas e Filosofia, 2007.**

Bibliografia: f.98-101.

**1. Identidade social – Goiás (Estado) 2. De-
cadência e modernidade – Goiás (Estado) 3. A
Matutina Meiapotense (1830-1834) I. Moraes,
Cristina de Cássia Pereira II. Universidade Fe-
deral de Goiás, Faculdade de Ciências Huma-
nas e Filosofia. III. Título.**

CDU: 329.17(817.3)

WILSON ROCHA ASSIS

**OS MODERADOS E AS REPRESENTAÇÕES DE GOIÁS N'A *MATUTINA*
MEIAPONTENSE (1830 – 1834)**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes (UFG)

Presidente

Professor Dr. Nasr Fayad Chaul (UFG)

Professor Dr. Geraldo José de Almeida (UFMT)

Professor Dr. Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)

Suplente

À minha amada esposa Thirzzia.

Aos meus pais, Amância e Vandır.

Aos irmãos Thaís, Ludmila, Netinho, José e Judite.

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

Aos professores orientadores desta dissertação Eugênio Rezende de Carvalho e Cristina de Cássia Pereira Moraes, pela paciência, estímulo e confiança.

RESUMO

O estigma da decadência consolidou-se como referencial identitário para a região a partir da utilização de fontes privilegiadas pela historiografia. Os relatos de viajantes europeus e os relatórios da administração dos capitães/presidentes da capitania/província fundamentaram a identidade-decadência de Goiás. A crítica da decadência fundamentou-se na constatação do olhar preconceituoso e etnocêntrico que os viajantes e governadores lançaram sobre Goiás. Pode-se constatar, contudo, nos discursos e ações da elite regional, a existência de uma identidade-modernidade para a região. *A Matutina Meiapontense* veiculou representações de Goiás e dos goianos fundadas nas idéias de respeito à ordem monárquico-constitucional, exaltação da pátria e adesão ao projeto nacional. A revolução do grupo radical que derrubou Miguel Lino de Moraes do poder em Goiás colocou em crise a representação ordeira e pacífica que os moderados formularam para a região. Coube a José Rodrigues Jardim a restauração da ordem em Goiás e a reafirmação da identidade-modernidade dos goianos. A modernidade foi anunciada como uma forma de adesão ao projeto nacional em curso no período imperial e como instrumento disciplinador das camadas populares da província. *A Matutina* representou uma revolução simbólica na região porque significou a reapropriação, pelos goianos, dos instrumentos de definição de sua própria identidade.

ABSTRACT

The stigma of the decadence has consolidated as an identity frame of reference to the region since the use of privileged sources by historiography. The European travelers' narratives and administrative reports of the captains/presidents had founded Goiás' identity-decadence. The criticisms of the decadence were based on the verification came from prejudiced and ethnocentric look that travelers and Goiás' governors had thrown on Goiás. It can be verified, however, on the speeches and actions of the regional elite, the existence of a local identity-modernity. *A Matutina Meiapontense* had transmitted representations of Goiás and its people founded on the ideas of respect to the monarchic-constitucional order, homeland exaltation and adhesion to the national project. The revolution of the radical group that had dropped Miguel Lino from Goiás government put in crisis the orderly and peaceful representation that the moderate ones had formulated to the region. It was in charge of José Rodrigues Jardim the restoration of the order in Goiás and the restatement of goianos' identity-modernity. The modernity was announced as a way to adhere to the national project in course during the imperial period and as a disciplinary instrument to the popular layers of the province. *A Matutina* has represented a local symbolic revolution because it had meant reappropriation, by the goianos, of the instruments of definition of its own identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 01. A HISTÓRIA DA DECADÊNCIA	
01.01. A historiografia da decadência	15
01.02. As fontes históricas da decadência	20
01.03. A crítica da decadência.....	30
CAPÍTULO 02. MODERNIDADE E DECADÊNCIA N'A MATUTINA	
02.01. Os moderados em Meia Ponte e Vila Boa.....	32
02.02. <i>A Matutina Meiapontense</i>	37
02.03. A decadência n' <i>A Matutina Meiapontense</i>	42
02.04. A modernidade n' <i>A Matutina Meiapontense</i>	55
CAPÍTULO 03. A LUTA DAS REPRESENTAÇÕES	
03.01. A deposição de Miguel Lino e a crise da identidade-modernidade.....	71
03.02. O governo de José Rodrigues Jardim e os esforços de reabilitação da identidade-modernidade.....	84
CONCLUSÃO.....	92
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	96

INTRODUÇÃO

O presente trabalho destina-se a refletir sobre as representações de Goiás contidas n' *A Matutina Meiapontense*, primeiro periódico goiano, que circulou entre 1830 e 1834 e que foi porta-voz de um grupo político denominado neste trabalho de grupo moderado¹.

O objetivo dessa dissertação é problematizar um tema já recorrente em nossa historiografia e que se relaciona às representações de Goiás fundadas nas idéias de decadência, atraso, isolamento e pobreza que marcaram o período no qual se deu a transição para a economia agropastoril, em fins do século XVIII, e que se estenderia até a Revolução de 30, no século XX.

O estranhamento de um século e meio de decadência conduziu, mais recentemente, à produção de trabalhos que lançaram um novo olhar sobre este período da história regional. BERTRAN foi um dos que, primeiramente, suscitou o “problema” da decadência:

Haja decadência! No caso extremo nada menos que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados. (1994, p. 6-7).

BERTRAN, com seu texto ensaístico *A memória Consútil e a Goianidade*, lançava um desafio ao qual foi sensível a presente geração de historiadores goianos. A decadência tornou-se de fato um problema para a historiografia, enfrentado sob o prisma epistemológico, metodológico, heurístico, de modo que muito se avançou no sentido de termos uma compreensão mais profunda do século XIX em Goiás.

¹ A designação “grupo moderado” tem sido utilizada em inúmeros trabalhos acadêmicos, entre os quais podemos citar CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins*, Goiânia: UCG/EDUSP, 2003; NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. *História e Política de Integração*, Goiânia: Deescubra, 2005. PALACIN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant' Anna. *História de Goiás*. Goiânia: 1994, UCG.

Pois é esse também o problema desenvolvido nesse trabalho. A par da dificuldade de se dissertar sobre um tema sobre o qual já se debruçaram nomes notáveis da historiografia regional, com brilhantes artigos, dissertações e teses publicadas, propusemo-nos a refletir sobre a afamada questão da “decadência”, tomando por fonte um dos mais importantes repositórios de informações de que dispomos sobre o século XIX goiano: *A Matutina Meiapontense*.

Através d’*A Matutina*, pressupomos ser possível discutir de que forma a elite regional assimilou o estigma da decadência e por que meios essa mesma elite tentou fundar uma identidade diferente para a região. É evidente que essa elite política não representava um grupo totalmente homogêneo e uniforme. Assim sendo, destacamos do seio dessa elite talvez aquele que fosse seu principal agrupamento, no qual se destacavam personagens como José Rodrigues Jardim, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, dentre outros. Os referidos personagens, integrantes do “grupo moderado” serão devidamente apresentados e situados no campo político da província de Goiás ao longo do trabalho.

Como interlocutor privilegiado do denominado “grupo moderado”, temos o chamado “grupo radical”, do qual faziam parte, destacadamente, o padre Luiz Bartholomeu Marques e o capitão Felipe Antônio Cardoso. Das pendengas entre os dois grupos emerge uma teia de sociabilidade que pretendemos apresentar e discutir no correr da dissertação.

A Matutina Meiapontense deixa rastros das percepções e sentimentos dessa elite política local, de suas opiniões a respeito dos acontecimentos da história nacional, das dificuldades e possibilidades da província.

Dos muitos discursos e proclamações contidos no periódico, discutidos e analisados nesse trabalho, pressupomos que existia, no início do século XIX, um contra-discurso de progresso, desenvolvimento e modernidade que contrariava a representação simbólica fundada nas idéias de decadência e de atraso da região. A hipótese suscitada, portanto, é que o discurso da modernidade não foi inaugurado em Goiás com a chegada dos trilhos, em 1913, ou com a Revolução de 1930 ou com a inauguração da nova capital. Um século antes, radicais e moderados pugnavam por

uma história que expressasse desenvolvimento, progresso e modernidade em Goiás, o que vem se realizando ao longo da história da região.

A modernidade dos discursos e o arcaísmo das estruturas econômicas formavam um quadro histórico peculiar em Goiás. Aparentemente, as mentalidades avançaram mais rapidamente que as estruturas econômicas e a elite se enxergou, pelas páginas d'*A Matutina*, como representantes das luzes da razão e das novas teorias políticas européias, enquanto ainda se beneficiavam de uma estrutura econômica escravagista, fundada na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva.

Apesar das dificuldades do desenvolvimento econômico, que se fizeram sentir até a segunda metade do século XX em quase toda a extensão do território goiano, podemos afirmar que *a revolução simbólica* contra o *estigma* da decadência já se encontrava presente quando do lançamento d'*A Matutina Meiapontense*, na remota data de 1830.

O recorte temporal do trabalho justifica-se pelo período em que esteve circulando *A Matutina Meiapontense*. O periódico foi lançado no arraial de Meia Ponte em 05 de março de 1830 e circulou por 526 edições, sendo o último número publicado em 21 de abril de 1834. O período é historicamente rico em transformações políticas, uma vez que alcança o fim do Primeiro Reinado e o advento da Regência, com turbulências profundas que se fizeram sentir no âmbito regional.

Dentre as perguntas que tentaremos responder ao longo do trabalho poderíamos citar: como nasceu e se consolidou na historiografia a idéia da decadência? Como a idéia da decadência tem sido discutida e problematizada na historiografia mais recente? De que forma a própria elite local assimilou, discutiu e problematizou a idéia de decadência n'*A Matutina Meiapontense*? Como a idéia de decadência relacionou-se com o discurso da modernidade presente n'*A Matutina Meiapontense*? Como *A Matutina Meiapontense* foi capaz de implementar uma revolução simbólica na região? Qual seria o legado d'*A Matutina para* as gerações posteriores de políticos e intelectuais goianos?

Respondendo a essas e outras perguntas, sustentamos como hipótese que o discurso da modernidade e a tentativa de fundar uma identidade regional fundada

no progresso, já estavam presentes na conjuntura histórica tradicionalmente marcada pelo estigma da decadência.

A historiografia que problematiza a tese da decadência tem situado o rompimento com o estigma do atraso na revolução de 1930, quando Pedro Ludovico ascende ao poder na região inaugurando um projeto identitário supostamente novo, fundado nas idéias de progresso e desenvolvimento, do qual seria símbolo maior a cidade de Goiânia. CHAUL (2001, p. 183), comentando a revolução havida em 1930 afirma que:

Assim, 1930 em Goiás foi muito mais do que uma simples “alternância de oligarquias no poder”. Significou a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade, com a participação relativa das camadas médias urbanas.

Noutro ponto de sua importante obra, CHAUL destaca que “a representação da modernidade se edificava em oposição ao passado que encarnava a decadência e o atraso de Goiás ao longo de sua história. Os anos 30 se apresentavam como a antítese do que havia sido Goiás até então” (2004, p. 155).

PALACIN, igualmente, firma na Revolução de 1930 o instante de superação simbólica do atraso, apesar de afirmar que, ainda em nossos dias, estão presentes vestígios de uma “atitude ante a vida, que poderia ser caracterizado como tristeza, transmitido de geração em geração desde a decadência da mineração até a renovação radical inaugurada na década dos trinta” (2001, p. 152).

Vê-se, portanto, que a historiografia identifica o rompimento da idéia de decadência em Goiás com a Revolução de 1930. Entendemos que a presente dissertação poderá contribuir com o debate em torno do tema na medida em que procura identificar, um século antes, os primórdios desse projeto identitário pautado na modernidade, do qual serão herdeiros Pedro Ludovico e a revolução que ele liderou.

Para a realização desse plano de trabalho, utilizamo-nos dos instrumentos teóricos desenvolvidos na obra de BOURDIEU, sobre os quais se assentam os conceitos centrais da dissertação. Em sua volumosa obra, mas especialmente em seu ensaio *A identidade e a representação – elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região* (2004, p. 107-132), BOURDIEU desenvolve os conceitos de *estigma*,

revolução simbólica e campo, entre tantos outros que muito nos serviram para elaborar o presente trabalho, e que serão oportunamente apresentados e discutidos.

Do ponto de vista metodológico, utilizaremos como recurso as técnicas de análise de discurso, procurando explicitar as categorias que ordenavam o discurso da elite local, as possíveis omissões verificadas no debate político da época e os seus reflexos nas representações que a elite formulou da região. Procuraremos problematizar a identificação imediata feita entre a representação do real e o real, desvendando as estratégias de poder e os interesses contidos em certas evocações da região.

Na análise dos discursos nos periódicos e jornais, portanto, deve-se recorrer a um método que leve em conta a dupla substância e natureza própria dos mesmos, sua forma e seu conteúdo, interdependentes e inter-atuantes e que centre a análise nas características próprias deste tipo de escrita. Ou seja, o método da análise de conteúdo que consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos capazes de efetuar a exploração objetiva de dados informacionais ou “discursos”, fazendo aparecer no conteúdo das diversas categorias de documentos escritos alguns elementos particulares que possibilitam a elaboração de um certo tipo de caracterização. Esse instrumento metodológico polimorfo e polifuncional caracteriza-se fundamentalmente como um exercício de desocultação fornecendo-nos uma melhor “descrição” dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea (ZICMAN, 1985, p.94).

Com esse objetivo – analisar as representações de Goiás contidas n’*A Matutina* – estruturamos a dissertação em três capítulos, quais sejam:

CAPÍTULO 01: A HISTÓRIA DA DECADÊNCIA. No primeiro capítulo, buscou-se apresentar, *primeiramente*, de que forma a decadência se assentou na historiografia como representação dominante do século XIX em Goiás; *em seguida*, discutimos as fontes que fundamentam as representações da decadência e; *ao final*, debatemos a corrente de trabalhos mais recentes que buscam problematizar, ou mesmo negar, as representações da decadência na história da região.

CAPÍTULO 02: DECADÊNCIA E MODERNIDADE N'A MATUTINA MEIAPONTENSE. No segundo capítulo, através do método da análise de discurso, procurou-se verificar, *inicialmente*, como a elite regional expressou n'A *Matutina Meiapontense* a decadência econômica e as dificuldades de desenvolvimento da região e como ela se situou em face do centralismo político que atribuía um papel secundário para a região no projeto nacional; *em seguida*, procuraremos demonstrar de que forma essa mesma elite foi capaz de conceber e implementar um projeto de modernidade e desenvolvimento para Goiás e de que forma *A Matutina Meiapontense* relacionava-se com a idéia de ordem e progresso na região, fundando a identidade-modernidade de Goiás.

CAPÍTULO 03: A LUTA DAS REPRESENTAÇÕES. No terceiro capítulo tentamos confrontar as representações de Goiás formuladas pelo grupo moderado n'A *Matutina* com os acontecimentos que marcaram o período regencial e com a ação do grupo radical, responsável pela deposição de Miguel Lino de Moraes. Em seguida, buscamos no governo de José Rodrigues Jardim as estratégias para a restauração da ordem na província e para a reabilitação da identidade-modernidade proposta pelos moderados.

Encerrando esse intróito, resta-nos esclarecer o enfoque dado aos setores sociais subalternos, marginalizados ao longo desta dissertação. Em razão do objeto do trabalho, em que se discutem os discursos de uma elite política regional que se expressava pel'A *Matutina Meiapontense*, foi privilegiado o enfoque dado aos setores hegemônicos, dotados do capital material e simbólico necessário à formulação de uma identidade regional.

Com relação ao contingente cativo, consideramos que a escravidão não havia se colocado ainda como um problema político, resolvendo-se suas contradições no campo do direito de propriedade, em face da natureza atribuída ao próprio escravo. O debate abolicionista no Brasil é posterior ao período dentro do qual se delimita a dissertação, sendo de se destacar, portanto, que os escravos não se incluíam dentro do projeto identitário veiculado n'A *Matutina*.

À massa crescente de homens livres é que se destinam os informes da modernidade, para os quais ela assume um caráter disciplinador, normatizador,

valorizando os preceitos fundamentais do respeito à ordem, da valorização do trabalho, da razão e da técnica sobre os quais está assentada a própria idéia de modernidade em Goiás.

Ao final, o objetivo do presente trabalho é confrontar a “identidade-progresso” presente n’*A Matutina Meiapontense*, com sua alteridade, com o “outro” identificado nas opressões do sistema colonial, no arcaísmo invencível das estruturas econômicas, na anarquia resultante das convulsões sociais que ameaçavam fragmentar o Império e derrubar a ordem escravista.

CAPÍTULO 01: A HISTÓRIA DA DECADÊNCIA

Em história nada é seguro; o que tende, no limite, a ser “certo”, é menos o facto bem atestado do que aquilo que ninguém achou útil ainda contestar; por isso a verdade histórica só é válida para aqueles que querem essa verdade. (MARROU, 1974, p. 126)

01.01. A historiografia da decadência

Na luta das representações², a historiografia consolidou certa percepção da região, fundada em determinadas características e imagens que retrataram Goiás como um cenário desolado no limiar do século XIX. Um conjunto privilegiado de fontes, entre as quais citamos os relatórios dos presidentes de província e os relatos de viagem dos europeus que estiveram em Goiás no período, fundamenta a conhecida identidade-decadência, presente em obras importantes da historiografia regional.

Não nos ocupamos em distinguir atraso e decadência, como pretende uma vertente da historiografia que trabalha a República Velha em Goiás³. Utilizamos as expressões como sinônimas, posto que pertencentes a um mesmo campo semântico do qual fazem parte as imagens da pobreza, isolamento, abandono, ruralização, ócio, preguiça, inaptidão para o trabalho, entre tantos adjetivos desabonadores, que, no conjunto, constituem a representação da decadência discutida nessa dissertação.

² Representações são “*actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos*” (BOURDIEU, 2004, p. 112). A identidade regional é aqui compreendida como resultante de um *discurso performativo*, capaz de chamar à existência aquilo que enuncia. É, portanto, uma forma de representação que se impõe na história a partir da autoridade – capaz de impor o conhecimento e o reconhecimento – daquele que enuncia o discurso. Para BOURDIEU, a região constitui o “*vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região [...], em impor a definição [...] legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social*” (2004, p. 114). Nesse sentido, toda identidade é uma imposição arbitrária, uma vez que é o resultado de um estado anterior da relação de forças no campo social (BOURDIEU, 2004, p. 115).

³ CAMPOS, na apresentação à nova edição de sua obra *Coronelismo em Goiás* afirma que o conceito de *atraso* que utiliza, “para caracterizar Goiás nas primeiras décadas do século XX, não é extensão nem consequência do conceito de *decadência* propagado pelos ilustres viajantes que passaram por estas bandas, muito menos o habilmente montado por governantes para resguardar interesses” (2003, p. 08).

Entre os historiadores e memorialistas, talvez o precursor dessa estratégia de representação foi o padre Luiz Antônio da Silva e Souza, que escreveu, em 1812, a *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz* (TELLES, 1998, p. 71-139). Ao finalizar seu trabalho Silva e Souza afirma que tudo que encontrou é o bastante para fazer crer que a capitania, “*mesmo na maior decadência em que se considera, e a que diferentes motivos deram princípio, tem proporções para se levantar*”. A esperança de um futuro promissor para a capitania era, em verdade, o refúgio possível de um presente em que somente se enxergava a pobreza, o isolamento e a decadência da região.

Silva e Souza era natural de Serro Frio, chegando a Goiás em fins de 1790, quando contava apenas 26 anos, recém-chegado da Europa onde concluiu seus estudos eclesiásticos (TELES, 1998, p. 27). O padre acompanhou a crise da mineração e sua memória foi fonte valiosa de dados para os relatos de viagem de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, Francis Castelnau, Luís D’Alincourt, bem como para a *Chorografia Histórica* de Cunha Matos, de 1824; *Americano do Brasil* no início do século XIX e também Victor de Carvalho Ramos. Podemos considerar, portanto, que Silva e Souza foi o embrião dos relatos da decadência em Goiás, que fecundaram toda uma vasta corrente historiográfica a partir de então.

Consideramos que a percepção de Silva e Souza acerca da região possui um caráter adventício, estrangeiro, uma vez que é carregado da perspectiva européia do progresso, do trabalho e da modernidade capitalista. Em sua *Memória Estatística da Província de Goyaz* (In TELES, 1998, p. 141-194), datada de 1832, fica evidente a perspectiva da ausência, da decadência pela qual o historiador descreve e analisa a região. A certa altura Silva e Souza informa, referindo-se a Vila Boa, que “*as afilações, posturas, talhos, e foros das Sesmarias do Município, vão em diminuição com a decadência da Província*” (TELES, 1998, p. 148). Adiante, referindo-se ao julgado de Crixás, informa que “*devolutas estão quasi todas as terras do Termo que tem despovoado pelas epidemias, e pela falta de braços [...]*” (TELES, 1998, p. 168).

As representações da decadência, em seu rosário interminável de lamentações, atravessam os séculos XIX e XX, chegando aos nossos dias pelos trabalhos de PALACIN, FUNES, NASCIMENTO, entre outros⁴.

PALACIN (2001, p. 151) ao tentar caracterizar a propalada decadência entende que:

Poderíamos caracterizar também a decadência como uma atividade coletiva assumida pela população: um sentimento de fracasso e de derrota, de inevitabilidade dos males e da incongruência de qualquer esforço para superá-los. Traduzia-se isto num estado permanente de apatia, resignação muito próxima da desesperança. E a tradução exterior desta atitude: a tristeza.

PALACIN entende, portanto, que a decadência da província, para além da mera regressão das atividades econômicas, atingiu feições psicológicas, foi introjetado pela população goiana que assume feições de apatia, desânimo, resignação, o que, por certo, era a negação da imagem laboriosa e ordeira do homem moderno da era capitalista.

Na mesma proporção em que a modernidade nasce e encontra-se emaranhada nos espaços urbanos, para Goiás representava um retrocesso histórico a ruralização decorrente da estagnação das minas. Dessa forma, PALACIN acrescenta que *“a nova configuração que adquire a capitania com a decadência é a ruralização da vida: de uma população radicada quase exclusivamente em centros urbanos, [...] passamos a uma dispersão atomizada da população pelos campos”*. O reflexo cultural da ruralização também não passou despercebido por PALACIN, que afirma que *“a*

⁴ Cf. ATAIDES, Jézus M. de. *Sob o Signo da Violência: Colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: UFG, 1991. (Dissertação de mestrado) SILVA, Martiniano J. *Quilombos do Brasil Central. Violência e resistência escrava. 1719-1888*. Goiânia: Kelps, 2003. GUMIERO, Maristela P. da P. *Os tropeiros na História de Goiás. século XVIII e XIX*. Goiânia: UFG, 1991. (Dissertação de mestrado) NASCIMENTO, Patrícia E. *Elites políticas e projetos de integração em Goiás. (1822-1855)* Goiânia: UFG, 2003. (Dissertação de Mestrado) CAMPOS Jr. Paulo Borges. *A transferência da sede da “Goiás” para Goiânia: 1954*. Goiânia: UFG, 1998. TRISTÃO, Roseli Martins. *Formas de vida familiar nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: UFG, 1998. BITTAR, Maria José G. *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*. Goiânia: UFG, 1997. COSTA, Maria Beatriz R. *A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na Consolidação de Goiânia: do bandeirismo utópico à concretização do discurso*. Goiânia: UFG, 1994. SILVA, Karinne Machado. *Álbuns da Cidade de Goiânia: visualização documental(1933-40)* Goiânia: UFG, 2006. GOMIDE, Cristina Helou. *A cidade de Goiás diante do discurso da modernidade (1920-1945)* In: *Centralismo político e tradição histórica: Cidade de Goiás (1930-1978)*. Goiânia: UFG, 1999.

ruralização, não raro, era acompanhada de uma regressão cultural, que em muitos casos se traduzia numa verdadeira indianização de grupos isolados” (2001, p. 150).

Por último, PALACIN acrescenta que *“o mal profundo da decadência, e que está na raiz de todos os outros, é o desprezo pelo trabalho”* (idem).⁵ Por todo o exposto, seguindo as assertivas lançadas por PALACIN, podemos concluir que, sob a ótica da decadência, Goiás era a antítese da modernidade.

FUNES, por sua vez, ao fazer uma análise pormenorizada da economia goiana no período de transição da mineração à agropecuária, entre 1800 e 1850, procura corroborar com dados econômicos a instalação de um panorama de decadência em Goiás. Afirma o autor que *“apesar da tão propalada fertilidade do solo goiano – ‘em que se plantando tudo dá’ –, após o fracasso da atividade mineradora a região tornou-se a mais pobre ‘que se pode considerar de nossa América’”* (FUNES, 1986, p. 39).

Fulcrando sua análise nos aspectos econômicos da capitania/província, FUNES (1986) entende que a pobreza generalizada de que padecia a região era fruto dos seguintes fatores, resumidamente:

- a) isolamento geográfico, que afastava a possibilidade de interligar a região com centros mais dinâmicos de desenvolvimento capitalista;
- b) precariedade das vias terrestres de transporte;
- c) fracasso das tentativas de navegação fluvial, em especial nos rios Araguaia e Tocantins;
- d) carência de capitais;
- e) carência de mão-de-obra;
- f) elevados impostos cobrados sobre as atividades agropecuárias;
- g) técnicas rudimentares de desenvolvimento da agricultura e pecuária;

⁵ Não podemos desconsiderar que conforme os estatutos de fidalguia em voga em Portugal e domínios ultramarinos o trabalho mecânico ou manual se constituía em “defeito de qualidade” o que impedia aos habitantes a concessão de mercês ou nobiliárquica. Detectar o defeito de qualidade implicava uma análise minuciosa de todos os elementos que pudessem revelar a condição social e também certa hierarquização desses elementos. (SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed.UNESP, 2005.)

- h) despovoamento do território;
- i) hostilidade das populações indígenas.

Esse conjunto de fatores ajuda a explicar o fracasso das tentativas de avanço do capitalismo na região ao longo de quase todo o século XIX. As dificuldades de comunicação com os centros dinâmicos do capitalismo nacional ou internacional – Goiás dista mais de 300 léguas de qualquer porto marítimo (FUNES, 1986, p. 40) – bem como a inexistência das condições internas para um desenvolvimento nos moldes capitalistas levaram à construção de uma estrutura econômica característica, fundada na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva. A ruralização e o retorno às atividades agrícolas foram a alternativa encontrada pela população que permaneceu na capitania, após a estagnação das minas, no final do século XVIII.

A perspectiva econômica adotada no trabalho de FUNES, que corrobora as imagens da decadência, revela, novamente, a inaptidão da região para um desenvolvimento histórico pautado na modernidade e a expressão disso, em termos identitários, é novamente a atribuição das imagens da decadência a Goiás.

Essa perspectiva tristonha e decadente da região no século XIX restou disseminada em inúmeros trabalhos acadêmicos, que repetem as reiteradas imagens do atraso, da pobreza, do isolamento de Goiás, sempre pautadas nas mesmas fontes: os relatos de viagem dos estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século e os relatórios dos capitães/presidentes da capitania/província.

As mesmas representações da região estão presentes na obra de NASCIMENTO, que, ao dissertar sobre a aplicação da justiça em Goiás entre 1830 e 1890, deixa difusa em seu trabalho a identidade-decadência. A autora afirma que “*a decadência aurífera da capitania, especialmente no norte, provocou um rareamento da população, além do empobrecimento geral de seus habitantes*” (1997, p. 49). Adiante, afirma que “*o comércio provincial também entrara em declínio*”, que “*a atividade manufatureira da Província era rudimentar*”, ainda que “*a agricultura sofria do maior abatimento*” e que “*outro aspecto marcante do atraso em que vivia a província concerne à educação formal de seus habitantes*” (1997, p. 51-54).

Em seu notável trabalho de dissertação, sobre as várias faces do feminino em Vila Boa, BITTAR também incorpora os relatos da decadência ao afirmar que compreende a *“decadência como referida à produção aurífera e à cessação do desenvolvimento de Goiás como um todo”* (2002, p. 112). Acrescenta em seguida que *“a economia de subsistência obstaculiza o desenvolvimento social e cultural da província”* (2002, p. 113).

Ora, não se pretende negar as dificuldades econômicas resultantes da estagnação das minas, com todos os seus reflexos nos campos social, econômico e cultural da região. O que se tenta inculcar é que a decadência da mineração não impede o desenvolvimento social e cultural, mas apenas dá lugar a culturas e formas de socialização diferentes daquelas conhecidas no auge da produção aurífera ou daquelas características da modernidade capitalista. O que se procura discutir nesse trabalho e em toda uma corrente mais recente de estudos da história regional é que à diferença não se precisa atribuir, necessariamente, o estigma da negatividade e da ausência.

01.02. As fontes históricas da decadência:

A produção do conhecimento histórico, em seu propósito de validade científica, encerra diversos problemas. A disciplina histórica, ao produzir conhecimento, deve refletir sobre as questões gerais do conhecimento – sua validade, sua possibilidade, seus limites, etc. – ou seja, deve discutir epistemologia.

Entre o fato e o conhecimento do fato, interpõe-se uma ambigüidade expressa no próprio termo história. Ao falarmos em história, portanto, referimo-nos à realidade histórica ou ao conhecimento histórico? Em verdade, partindo do axioma deixado por Nelson Rodrigues, consideramos que a referida ambigüidade não existe. Em alguma crônica policial da qual me perdi, o dramaturgo afirma: “não existe o fato e sim a versão”. Pretende-se dizer que a realidade histórica nunca pode ser plena e integralmente reposta ao transformar-se em um objeto de cognição. A realidade histórica, tomada em sua plena significação de real histórico, não pode constituir-se

como objeto da ciência histórica. Pressupomos que a realidade histórica confunde-se com o conhecimento construído a respeito dela, de modo que é o próprio conhecimento histórico o objeto da ciência a que nos dedicamos.

Essa consideração é importante para o tema tratado na presente dissertação, uma vez que buscamos problematizar exatamente uma vertente historiográfica que toma a representação da decadência como representação do real. Ou seja, a partir de um conjunto determinado de *fontes históricas*, limitado por seus pressupostos ou condicionantes externos e internos, que fizeram o retrato da decadência da região, a historiografia interpretou a decadência de toda uma realidade histórica que apenas fragmentariamente encontrava-se nas fontes utilizadas. Portanto, a problemática da produção do conhecimento histórico em suas relações com as fontes deve ser também considerada ao discutir o oitocentos em Goiás.

O conhecimento histórico é um diálogo entre duas temporalidades: entre o presente do historiador e o passado que se pretende alcançar pelas fontes. A dimensão do passado que se procura compreender não existe mais em sua plenitude e totalidade, que não subsiste para além da fugacidade do instante em que acontece. Do passado restam apenas resquícios, fragmentos dispersos na memória dos viventes, nas páginas de obras antigas, nos restos materiais surgidos da existência humana em sociedade. As fontes, portanto, medeiam a relação entre o sujeito que conhece e o outro sujeito que se pretende conhecer.

MARROU expõe essa dimensão do conhecimento histórico ao afirmar que *“o conhecimento histórico, que repousa sobre a noção do testemunho, é afinal uma experiência mediata do real, por personagem interposta (o documento) e não é, portanto, susceptível de demonstração, não é propriamente uma ciência, mas um conhecimento de fé”*. (1974, p. 127)

Considerando que o conhecimento histórico é mediado pelas fontes, pretendemos nesse ponto discutir, brevemente, as fontes que fundamentaram a identidade-decadência presente na historiografia goiana relativa ao século XIX: os relatos dos viajantes europeus que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século XIX e os relatórios dos presidentes de província. Entre os relatos de viagem, selecionamos os trabalhos de três pesquisadores: Saint-Hilaire, Pohl e Gardner. Quanto

aos relatórios dos presidentes de província, limitamo-nos a discutir o relatório de Miguel Lino de Moraes dirigido ao Conselho Geral da Província, publicado nas edições de número 118 a 123, d'*A Matutina Meiapontense*, entre dezembro de 1830 e janeiro de 1831.

A chegada dos viajantes europeus ao Brasil e suas expedições científicas por todo o extenso território da colônia é o resultado da nova política implementada com o deslocamento da Corte Joanina para o Brasil, quando ocorreu o que se convencionou denominar de “inversão política brasileira”. A ruptura do exclusivismo metropolitano, ensejada pela abertura dos portos em 1808, ocasionou a mudança dos termos do pacto colonial, prenunciando os acontecimentos que levaram à independência do Brasil em 1822⁶.

Os viajantes que aportam no Brasil nesse contexto estão imbuídos de uma mentalidade significativamente nova em relação aos aventureiros e religiosos que aqui chegaram no início do século XVI. A justificativa evangelizadora dos missionários jesuítas era substituída pela mentalidade cientificista do século XIX; os olhares cobiçosos de riquezas dos navegantes europeus deram lugar aos olhos enciclopédicos de médicos, naturalistas, botânicos, zoólogos, mineralogistas, geólogos, imbuídos da crença absoluta na ciência da qual eram portadores e representantes. A mentalidade laica do Iluminismo orientava a busca sedenta pelo diferente, pelo exótico, na esperança de alargar os horizontes do conhecimento positivo.

Com o objetivo de promover o conhecimento do vasto território no qual se assentava agora a Corte portuguesa, foi estimulada a vinda de estudiosos de outras nacionalidades. A vinda de estrangeiros era uma necessidade em razão da inexistência de um sistema educacional superior na colônia.

Por outro lado, o ingresso do capitalismo na era industrial estimulou a busca de novos métodos de produção, de novas fontes de matéria-prima, de novas possibilidades de acumulação de capital. O capital, que ao longo da era moderna

⁶ “Embora os aspectos econômicos tenham sido os mais analisados pelos historiadores contemporâneos, essa ‘inversão’ não ficou confinada nesses limites, mas abrangeu a totalidade da sociedade brasileira, pois, como é sabido, os sistemas sociais não são autônomos pelo que as transformações ocorridas em determinados aspectos acarretam necessariamente reflexos noutros sistemas” (PROENÇA, 1999, p. 13).

limitou-se à esfera da circulação de bens e riquezas, finalmente alcançava a esfera produtiva, motivando o esquadramento do espaço geográfico mundial, em busca de novas riquezas passíveis de serem convertidas em mercadoria para um mercado sedento de novidade.

A mentalidade cientificista servia aos interesses do capital que buscava apropriar-se da natureza em seu processo incessante de mercantilização do outro. CORRÊA esclarece que:

Que o afã das viagens exploratórias se multiplicou no decorrer do século XIX é patente. Todavia, não nos parece suficiente apresentar sua história nos termos muitas vezes radicais apontados pela crítica contemporânea, que põe sob suspeita todas as expedições oitocentistas, estigmatizando-as sob o conceito de “historiografia do imperialismo” [...]. [...] o período que corresponde à primeira metade do século XIX não pode ser definido como “imperialista”, se levada em consideração a verdadeira acepção do termo. (In CHAUL e RODRIGUES, 2001, p. 79)

Embora entendendo que não se possam chamar de imperialistas as expedições datadas da primeira metade do oitocentos, como aquelas que estiveram em Goiás no período, o autor concorda que “visavam ao conhecimento racional do espaço mundial, e que o acervo de informações por ela reunidas colaborou para o projeto expansionista europeu posterior” (idem).

É relevante considerar, então, que os viajantes que fizeram os relatos da decadência do século XIX em Goiás inseriam-se em uma perspectiva pré-imperialista, situada no interior das relações historicamente desiguais de poder entre a Europa e grande parte do mundo.

Feitas essas considerações, cumpre fazer um breve resumo acerca das impressões deixadas pelos viajantes europeus sobre Goiás.

Saint-Hilaire esteve em Goiás entre maio e dezembro de 1819 (CORRÊA, In CHAUL e RODRIGUES, 2001, p. 113), percorrendo os arraiais de Santa Luzia, Corumbá, Meia Ponte, Jaraguá, Santa Cruz, além de Vila Boa, entre outros. De origem francesa, Saint-Hilaire deixou suas impressões na obra *Viagem à Província de Goiás*.

O relato de viagem do francês, a despeito de toda pretensão de objetividade típica do positivismo, está prenhe de juízos negativos de valor sobre Goiás e sua gente. Ele descreve o casario de Vila Boa como sendo medíocre e simplório;

atesta a estagnação do comércio, o péssimo estado das estradas da região e as técnicas rudimentares de produção empregadas pelos lavradores e criadores; a vida social não existe e a população mal se comunica. O viajante critica ferinamente os hábitos da população: as mulheres são desgraciosas, incultas, inibidas, estúpidas e libertinas; os hábitos sexuais da população são ofensivos a toda moral e a miscigenação degrada o elemento humano. Constata ainda que a política fiscal do governo contribuía para estagnação econômica da capitania.

O austríaco Johann Emanuel Pohl viajou por Goiás entre dezembro de 1818 e junho de 1820 (CORRÊA, In CHAUL e RODRIGUES, 2001, p. 113). Percorreu o vasto território da capitania, passando por Santa Luzia, Meia Ponte, Vila Boa, Crixás. Subiu o rio Tocantins, visitando Porto Real, São Pedro de Alcântara até Cocal Grande, no extremo norte do território goiano. Descendo pelo mesmo rio passou ainda por Cavalcante, Arraias, Natividade, dentre outros arraiais goianos.

Impressiona a semelhança dos relatos de Pohl com os de Saint-Hilaire. O primeiro, que era médico, atenta para a insalubridade do clima, a precariedade das instalações sanitárias, a ocorrência das mais variadas doenças – sífilis, varíola, apoplexias nervosas, hidropisia, bócio –, sendo que não havia qualquer tipo de assistência médica. Igualmente critica as ruas mal calçadas, a quase inexistência de estradas e a moralidade baixa da população, para a qual a religião não significa mais que apenas a forma externa do culto.

A semelhança dos relatos de Saint-Hilaire e Pohl explicam-se, em parte, pelo contato que tiveram com Silva e Souza. CORRÊA afirma que:

Tudo leva a crer que essa impressão foi fortemente influenciada pelo contato que estabeleceram com o cônego Silva e Souza, então residente em Vila Boa. [...] Silva e Souza, que um ano antes e sua morte, ocorrida na Cidade de Goiás, em 1840, recebeu o título de Sócio Honorário e Membro Correspondente do IHGB, foi dos primeiros a divulgar a imagem da decadência de Goiás, relacionando-a com o declínio da mineração. (In CHAUL e RODRIGUES, 2001, p. 90-91)

Além do contato com Silva e Souza, Pohl e Saint-Hilaire estavam tomados do mesmo olhar eurocêntrico, que analisa e julga o outro com os valores da modernidade vigentes na Europa. Igual perspectiva é encontrada nos relatos de

Gardner, que veio a Goiás quase duas décadas depois de Pohl e Saint-Hilaire, entre outubro de 1839 e maio de 1840.

Gardner, médico e botânico inglês, percorreu a porção leste da província, passando por São José do Duro, Posse, São Domingos, Natividade, Conceição, Arraias, Formoso, entre outras localidades. O viajante relata a presença da pecuária, destinada ao mercado da Bahia, nos arraiais de Posse, São Domingos e Arraias. Enfatiza o clima de vadiagem e indolência de que é tomada a população, bem como os graves problemas de saúde que a atingem. Chega a afirmar que a gente da região vive quase sempre faminta e mesmo assim não se dispõe a trabalhar.

Havendo analisado e discutido os relatos da decadência a partir dos viajantes europeus, resta-nos, ainda, para encerrar o ponto, a análise de outra fonte privilegiada da qual se embebeu a historiografia da decadência: os relatos dos governadores da capitania e dos presidentes da província de Goiás. Para tanto, escolhemos o relatório do governo de Miguel Lino de Moraes relativo ao ano de 1830, publicado n' *A Matutina Meiapontense* entre dezembro de 1830 e janeiro de 1831.

Ao referir-se à Província, Miguel Lino lança mão de uma expressão que bem revela a perspectiva sob a qual a região é percebida e situada no processo histórico mais amplo da nação. Miguel Lino refere-se a Goiás como “*esta Província tão remota do foco das luzes*” (*A Matutina Meiapontense*, n. 118). A literalidade da expressão remete-nos à idéia de região opaca que SANDES tem utilizado em diversos estudos sobre a identidade goiana no Império⁷. O centralismo político do Império, do qual Miguel Lino e os presidentes da província são os máximos representantes, impõe à região esse traço de sombra e de esquecimento que refunda a idéia da decadência de Goiás após o gesto da Independência.

Ao lado do centralismo político do Império, percebe-se também nesta quadra da história nacional a permanência de uma mentalidade surgida nos tempos da colônia e que PALACIN vai denominar de “ideologia da administração colonial” (1986, p. 30). A referida ideologia identifica no Estado, encarnado na figura do rei, o motor

⁷ A expressão é cunhada por SANDES, por exemplo, no artigo *Memória e História de Goiás 2002*, p. 17, e ao prefaciá-la obra de NASCIMENTO, 2005, p. 08-09.

gerador do desenvolvimento da nação. Trata-se do resultado da permanência do modelo de Estado absolutista, reforçado pelo despotismo esclarecido surgido no século XVIII e mantido no Brasil após a Independência, graças à manutenção da forma de governo monárquica com a dinastia Bragança.

Vê-se no relatório de Miguel Lino a idéia de que o progresso promana da ação da autoridade real, entendida como o *foco das luzes*, de onde irradia o progresso e o desenvolvimento da pátria.

O ritmo muito lento do progresso da região fica patente quando o presidente inicia seu relatório e de pronto assevera que *“poucas são, Senhores, as alterações do que expus o anno passado”* (*A Matutina Meiapontense*, n. 118), ou quando afirma que *“a instrução Publica conserva-se no mesmo estado, em que a figurei o anno passado”* (*A Matutina Meiapontense*, n. 122). As transformações no espaço regional são lentas e morosas, o que realça a necessidade de intervenção do braço forte do poder imperial para romper a decadência da província.

As palavras de Miguel Lino induzem a percepção de um estado de apatia e fraqueza que acomete toda a região. Com relação ao norte, onde era mais intenso o contrabando de gado com o sertão baiano e onde a pecuária mais se desenvolveu na primeira metade do século XIX, o presidente afirma que *“he notório quanto são pobres todas as Freguesias da Comarca de São João das Duas Barras, e algumas há pobríssimas”* (*A Matutina Meiapontense*, n. 118).

O progresso que se pretende implantar em Goiás, todavia, não é somente o progresso material, da técnica e dos fluxos econômicos. O papel paternalista do rei enaltece a necessidade da educação moral dos povos, campo em que assume a maior relevância o papel da Igreja e do clero, unido firmemente à figura do monarca pelo instituto do padroado régio.

Os princípios da moral cristã que é preciso cultivar no animo dos povos, alimentando-os co o pasto Espiritual para fortificar a sua crença no verdadeiro Deos, cujo temor, e esperança serve muitas vezes de freio a paixoens desordenadas. (A Matutina Meiapontense, n. 118)

Todavia, o péssimo estado da educação na província fica evidenciado no trecho a seguir:

Se observa grande falta na freqüência dos Discípulos e por retardado o adiantamento dos mesmos Discípulos, os Mestres attribuem esta falta por huma parte ao desleixo dos Paes e por outra a pobreza da maior parte d'elles. Também representão os mestres a falta de papel, pennas e tinta, como sensível á lição da escripta.

A inexistência de uma mentalidade ilustrada na população goiana era o óbice principal para o insucesso das tentativas de se implantar uma rede regular de ensino, bem como a ausência de materiais elementares como pena, tinta e papel para as lições de escrita. Não se vislumbrava perspectiva de melhora como atesta o trecho seguinte, do mesmo número d'A *Matutina*: “*eu disse o anno passado, que os Officios mecanicos estavam na sua infancia; continuao no mesmo estado sem esperanças*”.

A educação, além de satisfazer as necessidades materiais da província, no sentido de provê-la dos especialistas necessários ao seu desenvolvimento técnico, revestia-se de um caráter disciplinador, inculcando nos espíritos o amor ao trabalho e o temor de observância dos valores cristãos, fundamento último da ordem social no ocidente. Nesse sentido, era necessário que se tomasse a responsabilidade pela educação dos jovens, “*que os aplique a Officios, e que os separe da ociozidade*”, em um processo em que sua “*indole sera vigiada, e encaminhada aos verdadeiros principios da moral Chistã*”. Os colégios, portanto, seriam o *locus* onde se moldaria uma nova mentalidade, como explicita o trecho abaixo:

Os Collegios sao sem duvida nesta Provincia os Estabelecimentos mais proveitosos para o renovo da sua população, elle adquirira por uma educação methodica o o sizudo cuidado de se applicar as suas obrigações por vontade, temor ou capricho. (A Matutina Meiapontense, n. 122)

O papel do clero, por sua vez, não se limita à instrução moral, estendendo-se à quantificação das massas dispersas pelo sertão, fornecendo ao Estado subsídios para a implantação das políticas de controle social. O clero deveria incumbir-se também de:

Inquirindo publicamente o número de pessoas de cada família, suas idades, sexos, estados, qualidades, nascimentos, óbitos [...] acrescentando-lhe em observação todas as informações [...] pelo bem do interesse publico, poder obter sobre os diversos objetos da Statística de que tanto se carece. (A Matutina Meiapontense, n. 118)

O relato das finanças públicas é outro elemento caracterizador do estado lamentável em que se encontrava a província. Segundo dados do relatório de governo contido n'A *Matutina Meiapontense*, número 119, a receita orçou a quantia de 69:187\$000. As despesas avultavam em 107:813\$000, o que resulta em um déficit no montante de Déficit: 38.626\$000.

O mau estado das finanças públicas não pode significar a estagnação ou o decréscimo das atividades econômicas, já que, desde os tempos da mineração, inúmeras fontes revelam o grande volume do contrabando na região. O contrabando emerge na história de Goiás como a mais eficiente forma de resistência à política fiscal opressiva implantada pelos governos colonial e imperial. O contrabando foi, sem dúvida, o principal responsável pelo estado periclitante das contas públicas. Sobre o tema, assim se manifesta Miguel Lino, n'A *Matutina Meiapontense*, número 123:

He muito dificultozo evitar, que o ouro extrahido nos immensos pontos da Provincia deixe de sahir por contrabando: que incommodo transtorno e riso não cauza conduzil-o a unica Caza de Fundição nesta Capital [...] quando a maior parte daquelles pontos estao distantes, em mais proximos dos caminhos para fora da Provincia.

A temática indígena continua fortemente presente entre as preocupações oficiais. Ao lado da necessidade de pacificar os índios, pelo clima de verdadeira guerra que entre as populações integradas ao pacto nacional e os índios se mantêm desde os tempos da colônia. Noticia o autor ataques recorrentes dos índios, resultando em dezenas de mortes, como se enumeram nos trechos abaixo, d'A *Matutina Meiapontense*, n. 121:

As desordens, que os Indios Caiapós começavão de novo a praticar no Caminho do Cuiabá, fez-me lembrar, como util, mandar ao Sertão Damiana da Cunha com alguns brindes a ver, se os pacificava. [...] Os indios Cherentes atacam no dia 20 de Fev. alguns Fasendeiros do Julgado de Porto Real, e vierao a 3 legoas daquele Arraial, espancando 43 pessoas das quaes matarão 18. [...] Os indios Canoeiros tambem atacam em 20 de Março, e matarao huma patrolha de seis praças de 2º. Linha que rondava o Rio Maranhão.

As dificuldades para o desenvolvimento da província são longamente relatadas. A agricultura continua a sofrer com os métodos rudimentares de plantio e

colheita, e as intermitências do clima acarretam carência de gêneros na província e carestia dos alimentos básicos para o abastecimento da população. “*A mineração continua nos seus lentos trabalhos*” (*A Matutina Meiapontense*, n. 123), de modo que não constitui mais alternativa concreta para o desenvolvimento econômico de Goiás.

A síntese das carências e das dificuldades da província parecia se materializar na capital da Província. A necessidade de instalar o centro administrativo em lugar mais bem situado geograficamente levou Miguel Lino a relançar a idéia da mudança da capital, como ocorrerá em sucessivos governos posteriores, até que a idéia se materialize com a construção de Goiânia na década de 1930.

Miguel Lino justificava a medida pela necessidade de promover o desenvolvimento do norte de Goiás, já que o povoamento do sul se encontrava consolidado. Para tanto propôs a mudança da capital para o arraial de Água Quente, próximo ao Rio Maranhão. Por sinal, Miguel Lino via no Rio Maranhão um potencial eixo de integração da região, inclusive superando com alguma vantagem o rio Araguaia.

A perigosa idéia é exposta no trecho final de seu relatório de governo, quando o governante de origem lusitana afirma:

Eu não posso deixar de emitir huma idea de que estou possuído, a vista dos Mappas, que tenho consultado e de algum estudo sobre as localidades da Província, que e remover esta Capital para Trahiras, ou talvez melhor para o Arraial de Agoaquente [...] seria um grande passo para o augmento desta Província, tanto por ser ponto mais central da sua grande extensão, e proximo ao Rio Maranhão para fomentar actividade de hum Comercio lucrativo; como porque os Julgados da Comarca do Sul estao já em hum pé, que por si mesmo se sustentao em augmento; quando os da Comarca do Norte, tendo está agora em abandono se achao enfraquecidos, apesar das proporções de riqueza com a criação dos Gados, minas abundantes de ouro, em que tem preferéncia o Rio Maranhão. (A Matutina Meiapontense, n. 123)

A idéia parece ter sido mal recebida, já que PALACIN (1994, p. 55) explica a deposição de Miguel Lino, em agosto de 1831, pelo desagrado que a idéia teria causado entre os habitantes de Vila Boa. Nas edições posteriores d’*A Matutina*, não consta qualquer menção à idéia de Miguel Lino, de modo que não podemos aferir a repercussão do tema entre os leitores e editores do periódico. O silêncio do jornal, todavia, pode ser considerado um silêncio eloqüente, que sinaliza o delicado do tema e os graves interesses envolvidos. O fato é que Miguel Lino teve seu governo

bruscamente interrompido por uma sublevação das “tropas e povo” da cidade de Goiás, renunciando em face da oposição ao seu governo.

Miguel Lino encarna a visão do estrangeiro que analisa Goiás pelo viés da modernidade, somente encontrando no povo, no território, na cultura, na Administração obstáculos ao desenvolvimento da província. A começar pelos administradores coloniais, passando pelos viajantes e presidentes de província, consagrou-se nos meios oficiais uma representação de Goiás fortemente fundada na idéia de decadência, o que foi transmitido à historiografia, como já analisado anteriormente.

01.03. A crítica da decadência:

Antes de passar às representações de Goiás n'*A Matutina Meiapontense*, gostaria de sintetizar, brevemente, os fundamentos da crítica lançada à “tese” da decadência na história de Goiás, para podermos melhor compreender o objetivo deste trabalho.

As críticas às representações da decadência fundam-se na necessidade de se fazer a crítica das fontes. Passando pelos trabalhos de MOREYRA, BERTRAN, CHAUL e SANDES, entre outros, o que a historiografia mais recente iniciou foi o necessário trabalho de crítica das fontes históricas da decadência. Dessa forma, ressaltaram-se os valores dos quais estavam impregnados os memorialistas, viajantes e administradores da região, discutindo a falta de empatia com a qual a região foi analisada e representada.

A ausência da modernidade capitalista na primeira metade do século XIX em Goiás não pode significar a ausência de história, como adverte BERTRAN (1994), em seu ensaio seminal. A distância dos portos não deve significar o distanciamento de uma historicidade plena, com traços característicos, novos, marcantes da incessante dinâmica regional.

SANDES (2002, p. 20), alerta para o fato de que “*a compreensão do discurso da crise econômica decorrente do esgotamento do ouro exige um olhar atento*

à constituição da narrativa histórica, descortinando estratégias discursivas e simbólicas que sugerem a elaboração de projetos de integração da região ao projeto do Império”.

Portanto, a crítica da decadência não pretende discutir os dados econômicos que atestam a falência da mineração e as grandes dificuldades enfrentadas pelas atividades agrícolas que sucederam a exploração aurífera. Problematizam-se os interesses subjacentes à estigmatização da região e os seus reflexos identitários.

O breve resumo feito acima corrobora a percepção de MOREYRA (1987/1988), CHAUL (2001) e CORRÊA (In CHAUL e RODRIGUES, 2001) sobre o olhar estrangeiro que se volta para Goiás impregnado de preconceito e racismo, decorrentes do etnocentrismo do qual não conseguiram se desvencilhar e que foi, quase sempre incorporado pela elite local. CORRÊA resume bem a discussão ao argumentar que:

Vindos de um continente que se concebia como civilização dotada de instituições econômicas, sociais e políticas superiores, além de detentora do primado das artes e da tecnologia e das ciências, as observações desses naturalistas, confrontando-se com um modo de vida baseado em condições limítrofes de sobrevivência, revelam o discurso de uma alteridade deformada, em que a desqualificação e negação da identidade do “outro” era sustentada pela crença em sua superioridade étnico-cultural.

A constatação da perspectiva etnocêntrica e preconceituosa que movia as imagens de decadência fixadas pelos viajantes europeus é o mote para que a historiografia mais recente construa a crítica desses relatos, erodindo o conceito da identidade-decadência que estigmatizou a história da região. Assim, a falta de empatia entre os viajantes e o objeto de sua observação minuciosa os impediu de *compreender* Goiás.

CAPÍTULO 02: MODERNIDADE E DECADÊNCIA N'A MATUTINA MEIAPONTENSE

02.01. Os moderados em Meia Ponte e Vila Boa:

O arraial de Meia Ponte estava situado na margem esquerda do Rio das Almas e era cortado por dois ribeiros chamados Lavapés e Prata. Possuía o julgado pelo menos 06 (seis) rios navegáveis e de grande curso e mais de 700 (setecentos) pequeninos ribeiros que serpenteiam nas encostas e vales das serras mais consideráveis. Compunham esse panorama, 06 (seis) templos, 03 (três) praças, 08 (oito) ruas, excetuando travessas e becos, 02 (dois) chafarizes, 01 (uma) fonte e 320 (trezentos e vinte) fogos, segundo a Memória Estatística do Padre Silva e Souza (*In*, TELES, 1998, p. 141-194).

O clima é ameno, posto que o calor e o frio não incomodam. O arraial é cercado de serras altíssimas, ramificações da serra dos Pirineus, tida como o lugar mais alto da capitania. Entre os maiores montes destacava-se a Matutina, que

começa defronte do Arraial em huma legoa de distancia sobre hum chapadão. Eleva-se sobre todos os montes, apresentando ao Arraial, que lhe fica ao Nascente hum aspecto magestoso. He o lugar, em que primeiro se são do Arraial os raios de sol, e por isso lhe derão o nome divide Matutina. Dirige-se ao Poente até o Rio – Santa Rita – onde finalisa com legoa e meia de comprimento, sendo escalvada, e coberta de campos. (TELES, 1998, p. 141)

Entre as construções do arraial, destacava-se pela grandeza a Matriz de Nossa Senhora do Rosário, com paredes de taipa de 07 (sete) palmos de grossura sobre alicerces de cantaria. Das obras dos homens havia uma Livraria Pública, uma Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional e uma Tipografia, realizações devidas à benemerência do Comendador Joaquim Alves de Oliveira.

O arraial fora fundado em 1731, tornou-se paróquia em 1736 e cabeça de julgado em 1739. Pelo Decreto de 10 de julho de 1832, foi ereto em Vila o Arraial de

Meia Ponte, contendo em seu município os Arraiais de Jaraguá, Corumbá e o pequeno Rio do Peixe. Jaraguá viria também a tornar-se Vila em 1833.

No arraial se encontrava o Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, homem de saberes notáveis, instruído na pena e na espada. Membro da junta de governo instalada em Vila Boa, em abril de 1822, foi enviado ao norte, em 1823, com a missão acérrima de dissolver o governo independente do norte, àquela altura instalado em Natividade⁸. Naquela ocasião chegou a decretar a prisão de um dos mais proeminentes homens da província, o Capitão Filipe Antônio Cardoso, fazendo uso dos extremos poderes que lhe haviam sido conferidos pela Junta de Governo do sul.

O Padre Fleury era também homem de confiança e mentor intelectual do mais rico mercador da província, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Tornou-se, então, redator-chefe do primeiro jornal goiano, *A Matutina Meiapontense*, rodado na tipografia do Comendador e que circulou pela primeira vez em 05 de março de 1830.

O Comendador Oliveira era natural do arraial de Pilar, onde nasceu em 18 de agosto de 1770, instalando-se comercialmente em Meia Ponte em 1793. Envolveu-se em todas as querelas políticas de seu tempo, sendo, também, juntamente com Padre Fleury, membro da junta de governo instalada na capitania após a deposição do Capitão Sampaio, em abril de 1822.

Nos mesmos caminhos difíceis percorridos pelos viajantes, que fizeram, outrora, o relato da decadência e da estagnação da Província, houve, todavia, esforços que resultaram em notáveis progressos e acontecimentos em toda a capitania. E foi, certamente, em Meia Ponte, que esses movimentos se tornaram mais perceptíveis.

Nos distantes grotões, houve quem tramasse a deposição de capitães e presidentes e, ainda, aqueles que pretendessem fazer de Goiás mais que uma entidade geográfica ou administrativa compreendida entre a Serra das Gerais e as margens do Rio Araguaia ou as margens do Rio das Mortes no Mato Grosso, como pretendeu Dom Marcos de Noronha. Graças a esforços grandiosos, foi surgindo em Goiás uma

⁸ Em 14 de setembro de 1821, um mês após a primeira tentativa, frustrada, de deposição do capitão Sampaio, instalava-se em Cavalcante uma Junta de Governo independente, chefiada pelo ouvidor da Comarca do Norte, o ouvidor Teotônio Segurado. O governo independente instalou-se primeiramente em Cavalcante, passando por Arraiais e, depois, Natividade. Camargo Fleury conseguiu, em 24 de abril de 1823, dissolver o governo de Natividade, o que lhe valeu o título de “pacificador do norte”.

comunidade de sentimentos, que deram à região um aspecto próprio no concerto da nação.

Quando a civilização não era mais que um modesto arraial cercado pela dureza das matas, pela grandeza das serras e pelos perigos dos rios margeados pelos autóctones, houve quem transportasse, dos distantes portos do litoral, uma tipografia para o meio do sertão, para difundir as novas luzes do século e da razão.

No primeiro número do periódico, os criadores do jornal discutem a grandeza da missão a que se propõem e os poucos recursos com que pretendem realizá-la. O trecho, cheio de recursos literários, revela pelas imagens e metáforas evocadas, as imagens da região que pretendemos discutir: uma região distante e isolada, mas não a região prostrada de indigência e ócio descrita pelos viajantes. Eis o anúncio d'*A Matutina*:

Talves pareça mais que audácia, o pertender eu oferecer aos meos Patrícios Goyanos, hum Periodico, em hum Arrayal, se bem que o mais populoso da Província, fulto todavia de comunicações, por estar situado fora da Estrada geral, longe de Goyas 26 legoas, para onde unicamente tem hum Correio mensal; talvez haja mesmo quem diga que a empresa he superior as minhas forças e que nao calculei a tarefa que me impuz; eu concordo com todos e he mesmo porque reconheço a pobreza dos meos talentos, que nenhum outro nome me pareceo tao analogo a este Periodico como o de Matutina: cuja luz muito pouco clarêa, mas como nao se lhe pode negar ser a precursôra do Dia. (Matutina Meyapontense, n. 01, de 05 de março de 1830)

Em Meia Ponte, em 05 de março de 1830, iniciava-se o empreendimento do Comendador Oliveira e do Padre Fleury, que fizeram circular 526 (quinhentas e vinte e seis) edições do periódico intitulado *A Matutina Meiapontense*.

Já na capital da Província, Cidade de Goiás, a geografia natural e humana desvelava mais ou menos um mesmo Goiás. Um acréscimo seria o aperto do vale no qual se instalou a cidade, premida pelas encostas da Serra Dourada, com um clima do qual muito se queixavam os moradores.

Possui 08 (oito) capelas filiais, dentre elas a da Boa Morte, próxima ao Palácio Conde dos Arcos, e de onde partem os fiéis para a procissão do fogaréu. A igreja Matriz de Santana, cuja construção iniciou-se em 1743, nunca chegou a bom termo, tendo o teto desabado, pela primeira vez, em 1759. Possui também 02 (dois)

chafarizes: o da Carioca, às margens do Rio Vermelho, e o da Boa Morte, no mesmo largo onde fica a Casa de Câmara e Cadeia.

Nas ruas de terra, o mesmo vai-e-vem de mulas fazendo comércio e o número de escravos decrescendo, em decorrência da estagnação das minas. Um constante rumor saía dos prédios públicos, onde se tramava o futuro dos homens e das coisas da Província.

Cortando a pequena cidade, que contava 699 fogos, segundo a *Memória Histórica* do Padre Silva e Souza (TELES, 1998, p. 115), estão o Rio Vermelho e o Córrego Manoel Gomes. Foi fundada como Arraial de Santana em 1727 e transformou-se em Vila Boa de Goiás em 1736⁹, tornando-se capital da capitania de Goiás, instalada em 1749, com a chegada do Conde dos Arcos. Finalmente, foi reconhecida como Cidade de Goiás em 1818, graças ao prestígio do quarto bispo da prelazia de Goiás, Dom Antônio Rodrigues de Aguiar, que não chegou a ver suas ovelhas, porque morreu em 1818, a caminho de sua prelazia.

A Cidade de Goiás era sede da Prelazia¹⁰ criada em 1745, mas somente conheceu seu primeiro bispo em 1824, quando aqui chegou Dom Francisco Ferreira Azevedo, conhecido como o “bispo cego”. Os quatro bispos anteriormente nomeados para dirigir o rebanho goiano não vieram a Goiás.

Cego desde 1821, Dom Francisco era auxiliado em suas funções pastorais pelo notável Luiz Antônio da Silva e Souza, Governador da Prelazia desde 1818 (TELES, 1998, p. 57). Silva e Souza escreveu a *Memória Histórica* (1812) e a *Memória Estatística* (1832) de Goiás, obras que lhe renderam assento no Instituto Histórico e Geográfico Nacional como Membro Honorário e Sócio Correspondente.

⁹ MORAES em sua Tese de doutorado: *Do corpo místico de cristo: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás* informa que Dom Luis de Mascarenhas “erigiu” a vila que, de fato, estava criada pela Provisão Régia de 11 de fevereiro de 1736. Memorialistas, cronistas e viajantes que escreveram sobre Goiás acreditavam que a Vila fora instalada somente em 1739, mas alguns documentos encontrados no Arquivo Ultramarino em Portugal e fragmentos de uma Ata de vereança de 1738, que se acha no Arquivo Frei Simão Dorvi em Goiás, ao contrário, comprovam que já tinha havido eleições para a composição de um *concelho* (AHU: *Requerimento de Diogo José Pereira ao rei a D. João V solicitando ser provido no ofício de inquiridor, contador e distribuidor das Minas de Goiás*. Caixa 1, Documento 51., 1738, junho 14; AFSD: Documentos Avulsos: *Termo de Vereança de 17 de março de 1738*)

¹⁰ Prelazia é uma diocese em embrião.

Como descrevemos no capítulo anterior, Silva e Souza era natural de Serro Frio, Minas Gerais, onde nasceu, em 1764, veio para Goiás em 1790, quando toma posse da cadeira de latim, recém-criada na província. Silva e Souza foi professor, poeta, historiador, geógrafo, além de exercer importantes cargos políticos em Goiás. Foi eleito deputado às Cortes Constituintes de Lisboa, em 1821. Eleito, contudo, não embarcou para Portugal, renunciando os acontecimentos que resultaram na independência do Brasil. Além disso, integrou o Conselho da Província entre 1823 e 1832. Colaborou em diversos números d'*A Matutina Meiapontense* e foi ainda professor de uma geração inteira de goianos. Entre seus alunos destacou-se José Rodrigues Jardim, para o qual o cônego teria ministrado latim, língua nacional e francês (NASCIMENTO, 2005, p. 46).

O capitão e depois coronel José Rodrigues Jardim integrou, juntamente com o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, o grupo político mais importante da província, nos anos iniciais do Império. Foi secretário da junta de governo instalada em 08 de abril de 1822, da qual faziam parte também os dois primeiros. Foi o primeiro goiano a ser nomeado para a presidência da província, tomando posse do cargo em 31 de dezembro de 1831.

A Matutina Meiapontense descreve as festividades da posse de José Rodrigues Jardim, expressando o contentamento pela nomeação de um presidente goiano para dirigir a Província:

Recolhendo-se ao Palacio seguio-se o cortejo dos Cidadãos de todas as classes, que deixavão ver nos semblantes o prazer de que estavão possuídos pela acertada nomeação de hum Pres. Patricio, honrado, e amigo da Lei, prenuncio dos dias de serenidade que se esperão. (Matutina Meiapontense, n. 280, de 12 de janeiro de 1832)

José Rodrigues Jardim foi o mais expressivo representante do grupo moderado, tendo governado entre 1831 e 1837. Preocupou-se com o desenvolvimento da instrução pública e fundou a primeira loja maçônica da província – *Asilo da Razão* – de cunho positivista e abolicionista (BITTAR, 2002, p. 125). Casou-se com Ângela Ludovico, com quem teve por filha Antônia Emília Rodrigues Jardim, genitora do clã dos Bulhões.

Ângela Ludovico fora também companheira/concubina de Francisco de Assis Mascarenhas, governador da capitania de Goiás entre 1804 e 1809¹¹. Desse relacionamento surgiram dois filhos, José e Manoel de Assis Mascarenhas, em 1805 e 1806, respectivamente. Os dois filhos foram os primeiros goianos a formarem-se em Direito em Coimbra.

José de Assis Mascarenhas teve importante participação política na província, compondo o grupo dos moderados. Fundou e presidiu a Sociedade Conciliadora e Filantrópica, instalada na Cidade de Goiás em 25 de julho de 1832. Foi presidente da província entre 1839 e 1845.

As linhas acima expendidas serviram para, rapidamente, delinear o grupo moderado. Passamos à análise do principal instrumento de divulgação e ação política dos moderados: *A Matutina Meiapontense*.

02.02. A *Matutina Meiapontense*:

As características sociais, econômicas e culturais de Goiás e do Império guardavam grandes dificuldades para um empreendimento nos moldes da criação de um jornal. A começar pelas dificuldades técnicas, passando pelo baixo grau de instrução da sociedade em geral, a fundação de um periódico no meio do sertão era uma iniciativa com poucas chances de sucesso. Todavia, geograficamente isolado do resto da nação, Goiás buscava sua integração com as idéias liberais em voga no mundo, bem como sua inserção no novo contexto nacional, atualizando-se ideologicamente para participar do novo ordenamento político que emergia no país. As dificuldades da criação do jornal levaram ARTIAGA a destacar que “tendo em conta a época em que tomaram esta iniciativa no interior goiano, podemos dizer que foi um heroísmo. Impresso em prelo manual, de torcer, página por página, o periódico visto no momento atual vale pelo que representa” (1961, p. 72).

¹¹ O romance entre Ângela Ludovico e Francisco de Assis Mascarenhas foi romanceado na obra *Chegou o Governador*, de Bernardo Élis.

No século XIX, especialmente após o rompimento político com Portugal, um grande número de jornais surgiu em todo o Império como instrumento ativo de propaganda política e doutrinação ideológica. *A Matutina Meiapontense* surge nesse contexto, discutido por LUCA (*In* PINSKY, 2005, p. 133), que comenta:

“O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais eram secundários, diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas”

O trecho revela acertadamente a natureza da fonte com a qual trabalhamos. Com preocupações eminentemente políticas, *A Matutina* pronunciou-se a respeito dos principais acontecimentos da época, servindo de instrumento de propaganda e defesa das idéias do grupo político moderado instalado em Meia Ponte e na Cidade de Goiás. A liberação da imprensa no Brasil, em 1821, possibilitou a difusão das idéias liberais, iluministas, positivistas, federalistas e republicanas, fazendo um registro preciso do campo intelectual característico do Império.

Em Goiás, a imprensa de Oliveira foi militante defensora das idéias relacionadas ao progresso, às luzes, à manutenção ardorosa da ordem, à modernidade. Tais discursos escondem uma concepção de Goiás que se identifica com os interesses de uma elite dirigente, proprietária de terras e escravos e desejosa de afirmação política, o que tornava necessário a enunciação e a delimitação simbólicas das fronteiras do regional.

A imprensa é tomada como um veículo de instrução da sociedade e a educação pública, por sua vez, é concebida como garantidora maior da ordem pública, das leis e da autoridade. Assim se manifesta *A Matutina*, em seu primeiro número:

He ella [a imprensa livre], que faz amar a Justiça, respeitar as Autoridades, e obedcer as Leis: hum povo instruído, vendo a necessidade da Nação, abraça, e sofre, sem murmurar, os impostos; considera o Governo, como o seo maior bem, e aborrece o homem sedicioso.

A região é percebida na sua distância em relação ao centro político, ao mesmo tempo em que busca se engajar no projeto nacional. Nesse sentido, a finalidade única do periódico é anunciada como sendo a “*Felicidade da Patria na identificação de todos os Brasileiros com a Constituição, e o Imperador*” (n. 01, de 05 de março de 1830)

A pesquisa histórica sobre a análise de jornais e periódicos no Brasil é ainda um campo relativamente novo e o principal problema enfrentado são os limites impostos pela quantidade limitada de dados e pela falta de fontes estatísticas. Outrossim, é uma fonte rica em dados e elementos e, para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, expressões culturais e políticas, dentre outras. Dentre as inúmeras opções da utilização dessa fonte documental podemos destacar a periodicidade, a disposição espacial da informação e o tipo de censura. A primeira registra a memória do dia-a-dia e, este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos, pois os jornais são “arquivos do cotidiano”; a segunda observa que para cada período tem-se a possibilidade de inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatos que compõem a atualidade pesquisada e, por fim, diferentemente de outros tipos de fontes documentais, a análise de jornais e periódicos sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem quase sempre uma triagem antes de serem arquivados.¹²

Entretanto, faz-se pertinente destacar que as pesquisas que se utilizam destes documentos como fonte auxiliar da pesquisa histórica tornam-na como fonte precisa, fazendo a informação valer por si mesma. O grande distanciamento tomado em direção ao texto jornalístico, sob pretexto de aí perceber a mensagem implícita da maneira objetiva, faz com que se esqueça da própria natureza do texto e da imagem elaborados no contato imediato da realidade em movimento.

¹² Cf. SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1981; NOBRE, J. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950; MOTA, Carlos G; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo*. São Paulo: Imprensa, 1981; FERREIRA, M. *A Imprensa Operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978; ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas. In: *Revista Projeto História*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, nº 4, jun/85, pp.89-103.

Para a grande parte dos historiadores, os periódicos e os jornais são antes de tudo, fontes onde se recuperam o fato histórico – uma fonte ou trampolim em direção à realidade – não havendo, entretanto interesse por sua crítica interna. Partimos do pressuposto que esta fonte documental age sempre no campo político-ideológico e, portanto, toda pesquisa realizada a partir dessa análise deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados, bem como, do contexto histórico em que o periódico foi veiculado. Destarte, a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas, antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar e sim, denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação, pois, todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro.

Do ponto de vista metodológico, utilizaremos como recurso as técnicas de análise de discurso, procurando explicitar as categorias que ordenavam o discurso da elite local, as possíveis omissões verificadas no debate político da época e os seus reflexos nas representações que a elite formulou da região. Procuramos problematizar a identificação imediata feita entre a representação do real e o real, desvendando as estratégias de poder e os interesses contidos em certas evocações da região.

A primeira dificuldade com a qual se deparam os historiadores que lançam mão d'*A Matutina* como fonte privilegiada de seus estudos é a vastidão e a diversidade do material que o periódico oferece. Atas de reuniões do Conselho Geral da Província, transformado mais tarde em Assembléia Provincial, pelo Ato Adicional de 1834, atas das reuniões das Câmaras Municipais da Cidade de Goiás e da Vila de Meia Ponte, extratos de jornais mineiros, baianos, paulistas, anedotas, máximas de moral, piadas, correspondências de leitores formam um material cuja diversidade exige do historiador critérios de seleção do material.

Considerando que nos propusemos a discutir representações de Goiás formuladas pela elite política regional, optei por trechos dos periódicos que fornecessem impressões acerca da região. Pesquisando a coleção do jornal contida em CD-ROM, da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, chamou-me a atenção o grande número de "*Correspondências*" dirigidas ao redator do jornal, padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury.

Percebi também que as *correspondências* encaminhadas ao jornal forneciam impressões variadas dos remetentes a respeito de problemas por que passava a região, razão pela qual resolvi que os referidos extratos poderiam nos fornecer as imagens da decadência e da modernidade que estão difundidas nas páginas do periódico.

As correspondências endereçadas ao jornal, via de regra, não identificavam os autores, que se utilizavam de apelidos vários como “*Solitário de R. F.*”, “*O perguntador*”, “*Rosseiro das Furnas*”, “*Fusileiro da farda rota*”, “*Hum natural de Serro Frio*”, “*O amigo do que é bom*”, “*O Zeloso da verdade*”, “*Hum inimigo de demandas*”, “*O inimigo do que hé máo*”, “*Hum d’elles*”, “*Cançado de esperar*”, “*Rosseira Zelosa*”, “*A apaixonada*”... Em regra, os epítetos guardam relação com o conteúdo das cartas remetidas e, exceto em poucos casos, é praticamente impossível a identificação do autor da missiva. Em alguns casos é possível rastrear a autoria do texto, por exemplo, na correspondência em que se assinava por “hum natural de Serro Frio”, contendo um poema em louvor ao Comendador Oliveira, que foi atribuída por TELES (1998, p. 41-45) a Luiz Antônio da Silva e Souza (*A Matutina Meiapontense*, n. 04). Já no n. 54 um outro poema é identificado pela sigla “*L. A. S. S.*”, o que nos remete também à figura de Silva e Souza. Mas em regra, a prática da utilização de apelidos, impede-nos de identificar a autoria.

Em alguns casos, fica evidente o interesse do escritor em passar-se por pessoa simples, do povo. Pouco provável que milicianos e roceiros encontrassem espaço n’*A Matutina*, já que a quase totalidade dessa parcela da população era analfabeta. Noutros casos, como na correspondência de *O perguntador*, n. 39, parece-nos que as perguntas foram forjadas pelo redator para dar ensejo às respostas. Todavia, sem maiores subsídios para discutir esses temas, atemo-nos às imagens de Goiás, tomando-as como representativas da concepção que o grupo moderado, proprietário do jornal por via do Comendador Oliveira, fazia da região.

Buscaremos no tópico seguinte rastrear as representações de Goiás e suas contradições, confrontando-as com as representações já discutidas no início do trabalho, formuladas por viajantes, memorialistas e presidentes da província.

02.03. A decadência n' *A Matutina Meiapontense*:

Constatamos inicialmente que as imagens da decadência encontram-se difusas também nos discursos da elite regional, o que nos leva a questionar até que ponto identidade-decadência é fruto apenas de um “olhar estrangeiro” sobre a região. Todavia, entendemos que a decadência para a elite política regional assume uma feição um pouco diferente daquela decorrente do olhar apressado dos viajantes, que estiveram em Goiás por poucas semanas ou meses.

Enquanto os viajantes creditam o péssimo estado da capitania/província ao ócio e à indolência da própria população, as cartas d' *A Matutina* atribuem a decadência à ineficácia das autoridades, ao abandono da região pelo governo central, ao desrespeito às leis e à Constituição por parte dos encarregados da administração pública. A perspectiva da elite regional está prenhe de uma noção paternalista do estado imperial, o que é uma herança lusitana do absolutismo do período colonial. Todas as providências esperam-se do Estado: o melhoramento das estradas, a navegação dos rios, os estímulos à agricultura e à pecuária¹³.

Por esse viés, a decadência se inicia já no período colonial, em pleno ciclo do ouro, quando a região subordinava-se às opressivas políticas mercantilistas de Portugal. O trecho abaixo, extraído do n. 04, d' *A Matutina*, do poema atribuído a Silva e Souza, “*hum natural de Serro Frio*”, em louvor do Comendador Oliveira, traz a idéia da fecundidade natural da região, uma imagem recorrente em vários números do jornal, e da opressão da administração colonial:

*Goyaz, tu bem o sabes, caro Amigo,
Tão fecundo em recursos, como inculto,
Desque a fera ambição o descobrira,
Gêmeo de baixo de Bastoens pesados [...]*

¹³ Nesse sentido, as iniciativas do Comendador Oliveira eram dignas de nota porque constituíam iniciativas particulares viabilizadas pelo grande capital acumulado em suas atividades mercantis. Se o Comendador era responsável pelo quadro de relativa prosperidade vivido por Meia Ponte, tal prosperidade não se estendia da mesma forma e intensidade às demais regiões da província.

Ao longo da história da região, os goianos sempre se ressentiram do tratamento inferior dado a Goiás. N'A *Matutina* reclamava-se, com base no princípio fundamental da isonomia, que as prerrogativas da região fossem respeitadas e que fosse dado igual tratamento em relação às demais províncias do Império. Por certo, a má vontade do governo para com os interesses de Goiás era, na perspectiva da elite local, responsável pelo atraso da região. Um tratamento isonômico é reclamado no trecho abaixo (n. 09), no que se refere à cobrança das entradas sobre os produtos que ingressavam na região:

*Porque os Negociantes de Goyaz, e por conseqüência os Povos, pagão Direitos de entrada nas Alfândegas da Provincia, por fazendas de, que já se pagarão esse Direito das Províncias, marítimas?
Porque outras Províncias do interior do Império gozão actualmente do Decreto de 16 de Abril de 1821 [...], em benefício dos Lavradores, e Fazendeiros; e a Provincia e Goyaz não goza de tal benefício?*

Ao responder a correspondência, na mesma edição, o redator d'A *Matutina* afirma que “*esta odiosa excepção era coherente no systema oppressivo adoptado pelo antigo Governo para impedir o melhoramento de Provincias, cuja riqueza, e fertilidade, o amedrontava [...]*”. A decadência, então, decorria do tratamento destinado à província goiana, que se via impedida de se desenvolver em razão da opressão dos governos.

A expressão decadência raríssimas vezes se encontra nas cartas endereçadas à *Matutina*. Encontramos a expressão no discurso que o português Miguel Lino de Moraes, presidente da província, endereçou ao Conselho Geral, no início de seus trabalhos, em 1830, quando ele afirma:

Goyaz, Srs., dotado providamente pela Natureza, tem em seo meio todos os elementos de grandeza. As suas faculdades não tem sido desenvolvidas, e porisso o seo estado de decadência he conhecido. A situação actual de Goyaz abre campo a mui brilhantes trabalhos d'este Conselho, promovendo Instituições directoras de sua prosperidade. (n. 30)

Vê-se no trecho a mesma exaltação do potencial natural da província e, apesar de não atribuir a decadência à administração, por motivos óbvios, já que Miguel Lino era seu primeiro representante, reclama-se novamente a ação pública, agora por meio do Conselho Geral da Província, como meio de superar as deficiências da região.

A expressão *decadência* foi também identificada no discurso que o Conselho Geral dirigiu ao goiano José Rodrigues Jardim, quando presidente da província, ao afirmar que (n. 444), “o Sr. Presidente tivesse em consideração a *decadência da Provinicia, [...] para ter em vista os requisitos, que devem concorrer no Cidadão, que houver de ser nomeado Procurador [...]*”. Raras vezes aparece a palavra *decadência* para designar um estado geral de apatia e atraso, como ocorreu com os viajantes. Os correspondentes d’*A Matutina* referem-se a dificuldades pontuais – tais como estradas, pontes, chafarizes, cadeias – que constituíam problemas específicos dos povos da região.

A ineficiência da administração provincial levou o “*Inimigo da Ingratidão*” a escrever para *A Matutina* afirmando que “*ora, Sr., Redactor, eu, e comigo muito cremos, que se S. Paulo governasse a Provinicia de Goyaz por seis annos a deixaria muito melhor do que a achou*” (n. 36).

As incongruências do regime são duramente atacadas n’*A Matutina*, que clama pela regulamentação de dispositivos da Constituição de 1824, de modo a aprimorar a administração e promover os melhoramentos necessários à superação das dificuldades da província. Sempre se fundamentando nos princípios liberais, em especial a liberdade de imprensa e o direito de os cidadãos conhecerem dos atos da Administração, o n. 39 do jornal publicava outra carta do “*Perguntador*”, que, na forma de um diálogo, expunha:

Eu – Porque rasao a responsabilidade dos Presidentes das Provincias não está ainda designada por Lei?

Elle – Porque huns Deputados são Presidentes das Provincias e outros esperão de o ser.

[...]

Eu – Porque será, que a Receita da Fazenda Publica em algumas Provincias não corresponde á sua despesa enorme?

Elle – He porque a administração da Fasenda anda muito fora dos seus eixos.

A imagem do abandono da região volta a aparecer em correspondência contida no n. 74 do periódico, agora se referindo à situação do norte de Goiás, comarca de São João das duas Barras, esquecido pelos poderes públicos. Ao informar sobre o assassinato de um negociante de São João de El-Rei, no julgado de Flores, o

correspondente d'*A Matutina* afirma que o acontecido servia para que *“em todo o Brasil se conheça o desleixo, e o abandono, em que vivem os desventurados Goyanos daquela miserável comarca”*. Adiante o correspondente clamava pelas providências *“para se evitarem os tão continuados, e publicamente repetidos assacinos, que despejadamente se comettem na quella desventurada Comarca”*.

Na comarca do norte, os reclames voltavam-se especialmente contra a figura do Ouvidor, Sr. Jerônimo Joze da Silva e Castro, acusado de praticar inúmeras arbitrariedades na região, com abuso de poder na condução de inquéritos e prisões nos arraiais de Traíras, Cavalcante e Flores.

Contra os abusos cometidos pelo ouvidor da comarca do norte, *A Matutina Meiapontense* (n. 82) recebeu correspondência de *“O Sertanejo de Gibão de Couro”* que indaga:

Aonde está a segurança individual? Onde o azilo seguro que o Cidadao dever ter em sua casa, que a noite será inviolável? Onde o Art. Que izempta o Cidadao de ser prezo antes de formada a culpa? E não causará horror em todo o Imperio este cazo? E o Governo, que nos rege não responsabilizará este Sr. Castro?

Em diversos números *A Matutina* fez constar as arbitrariedades do odiado ouvidor no norte. No número 154, perguntava-se *“Por que o Sr. Castro parece querer dar o último garrote com absolutismo a esta Comarca. E vós Oh briosos Arrayanos, quando vos vereis aliviados de vossos flagellos?”* A correspondência de *“O Assustado!!!”* termina com um apelo às autoridades, feito nos seguintes termos:

Augustissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira, mandai socorro aos gemidos dos Súditos habitantes a esta pequena parte do Imperio na Comarca de S. João das Duas Barras, e a mais infeliz de todas, acodí Srs. com suas sapientíssimas providencias a estes miseraveis oprimidos, e escravizados, fazendo com que possam também provar do pomo da Arvore da liberdade como todos dezejão.

O número 155 do periódico revela a importância dos laços familiares para se alcançar os postos mais importantes da administração do Império. Dessa forma, o odiado Ouvidor Castro, apesar das horrendas práticas narradas pela população, mantinha-se à frente da comarca setentrional, já que era genro de um senador do

Império, o Sr. João Evangelista de Faria Lobato. João Evangelista era bacharel em direito em Coimbra e Comendador da Ordem de Cristo. Foi juiz de paz em Paracatu e juiz de fora em Serro Frio, ingressando no Senado em 1826, de onde saiu em 1846, em razão de seu passamento¹⁴. O número 155 noticiava que:

Terríveis coisas se refferem do Sr. Dezembargador Jerônimo Joze da Silva e Castro Ouvidor da Commarca de S. João das Duas Barras, e genro do Senhor Senador João Evangelista; Os Arrayaes de Trahiras, Cavalcante, Floes, e Arrayas tem sido o Theatro deste Heroe da Magistratura escolhida a dedo; factos os mais Despoticos, injustiças as mais escandalosas se lhe tem attribuido, [...].

Os abusos do ouvidor Castro encontraram trágico desfecho. O caos político-social instalado pela abdicação de Dom Pedro I fez-se sentir no norte da província goiana, na comarca de São João das Duas Barras. O norte goiano manteve, desde os idos do período colonial, fortes relações de caráter econômico e social com o sertão baiano, agitado pela abdicação. Nesse contexto, ocorreu o assassinato brutal do ouvidor e de sua esposa, no arraial de Flores, conforme informado de forma pormenorizada pel'*A Matutina*, no número 204. O periódico narra que os distúrbios se iniciam no sertão da Bahia, alcançando a Comarca de São João das Duas Barras. Os tumultos chegam a Arraias, onde se encontrava o Ouvidor em correição. Temendo a reação popular e apesar de se encontrar sua esposa, filha do senador João Evangelista, de resguardo, resolveu o magistrado empreender fuga para o arraial de Flores, onde os sediciosos o encontram. O ouvidor foi assassinado a tiros de bacamarte e seu corpo esquartejado pelos facínoras. Em seguida, encaminhando-se a fazendas da região, o bando matou ainda outros europeus.

Tropas enviadas pelo Comandante das Armas da província marcharam até o arraial e prenderam um dos responsáveis pelos assassinatos perpetrados: Silverio Joze de Souza Rangel, que era empregado público, encontrando-se na Administração das Rendas Públicas daquele julgado.

A Matutina Meiapontense alega que o presidente da província, Miguel Lino de Moraes, era responsável pelos acontecimentos do norte, em razão da demora

¹⁴ Informações obtidas no site do Senado Federal, acessado em 12/03/2007: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1803&li=6&lcab=1845-1847&lf=6

para informar a população do norte dos acontecimentos do 07 de abril de 1831. Entende *A Matutina* que a notícia da abdicação de Dom Pedro I seria capaz de conter o ânimo dos rebeldes, evitando-se os drásticos acontecimentos verificados no norte. Sobre o assunto, assim se manifesta o jornal (n. 204):

[...] não se mostrou nesta Provincia grande empenho em participar aos povos os felizes successos da Abidicação. O Correyo chegou na Cidade de Goyaz a 20 de Maio, o Exm. Sr. Presidente (segundo as datas de seos Officios) expede neste mesmo dia communicações a todos os Juizes de Paz, más reconhecendo a irregularidade, e nenhuma exação dos Correyos da Provincia, deveria ter remettido taes communicações acompanhadas de huma sua Proclamação por Paradas violentas, e de tal sorte teria talvez evitado taes horrores.

O assassinato do Ouvidor Castro prenunciava os graves acontecimentos que viriam a se suceder na Província, lançando dúvidas sobre a imagem sempre ordeira com a qual se representava Goiás e os goianos. Todavia, para não manchar a representação ordeira e pacífica dos goianos, o Comando interino das Armas atribui os fatos a homens vindos do sertão baiano, como se depreende do trecho abaixo (n. 210):

A tranqüillidade Publica, que felizmente reinava em toda a Provincia foi perturbada por hum punhado de homens, que dizem ser do Sertão da Bahia, os quaes com offensa a Constituição, e as Leis, que d'ella tem emmanado perpetrarão crimes, cometterão o assassino ao Ouvidor da Comarca de S. João das Duas Barras, Jeronimo José da Silva Castro na noite do dia 26 do mez p.p., no Arrayal de Flores da mesma Comarca

Sabe-se, todavia, que havia o envolvimento de goianos no movimento, como o administrador das rendas do julgado preso pelas tropas goianas e que foi, em seguida, encaminhado à capital da província. A crise da representação ordeira dos goianos pelos acontecimentos de 1831 será objeto de análise específica de nosso trabalho.

Sob o olhar judicioso d'*A Matutina*, a decadência confundia-se com o desrespeito à lei, os abusos de autoridade e com a indiferença dos Governos em relação às necessidades da população. Segundo os moderados, os abusos da tributação são os principais responsáveis pela estagnação econômica da região. É evidente que se encontram, nesse ponto, os interesses econômicos da elite política regional, em especial do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, que vivia da

mercancia. A *Matutina* atribui à taxaço exaerada da agricultura e do comérco as dificuldades vividas por Goiás, como se depreende do trecho abaixo, extraído do n. 97:

“o Lavrador se acha desanimado, e o pezado Dizimo devora toda a substancia do Agricultor, cumpre ao Conselho Geral lançar seos patrioticos cuidados sobre a classe dos cidadãos, que tanto importa animar.

Sobre o commercio ainda nascente nesta Provincia que não pode prosperar pelos obstaculos, que se lhe oppoem, como seão pagar-se de Entrada nesta Provincia 1\$125 por cada arroba de fazenda seca, e 750 por cada Carga de Molhados. [...] e se considerando os trabalhos, e perigos a que se expõem os Negociantes, se virá logo no conhecimento de quão justos são os clamores desta Classe de cidadãos, e quanto urge que o Conselho Geral tome estas minhas toscas, mas bem verdadeiras refflexões em sua patriótica consideração.

O pouco desenvolvimento da agricultura goiana trata-se, em verdade, de um problema econômico estrutural, relacionado às técnicas rudimentares de cultura ainda praticadas em todo o Brasil. No número 502 d’A *Matutina* critica-se o método das queimadas e derrubadas, que empobrecem o solo e contribuem para reduzir a população à penúria. Em diversos números do jornal foi publicado um *Catecismo da Agricultura*, procurando inculcar na população métodos mais modernos de cultivo. A questão das vias de escoamento da produção era outro obstáculo a um desenvolvimento amplo da agricultura, como já discutimos. O conjunto desses fatores, aliados a uma política fiscal opressiva, trouxe problemas constantes de abastecimento dos núcleos urbanos mais desenvolvidos. Tais circunstâncias são discutidas no número 152 do jornal, no qual um correspondente afirma que *“continua a laborar a fome na Capital de Goyaz pela continua chuva de alguns dias”* que não tem deixado entrar os roceiros na cidade para o abastecimento das lojas de comércio.

Já no número 334, afirma-se que o atraso das lavouras deve-se à *“falta de huma rigorosa Policia, que vigie sobre aquella parte da População, que vive em occiozidade prejudicial as classes trabalhadoras”*. Está presente aqui uma estratégia recorrente das elites que procuram criminalizar os problemas sociais, imputando as dificuldades encontradas no seio da sociedade a condutas criminalmente imputáveis às classes populares.

Aos juizes de paz incumbia a vigilância sobre os vadios, fazendo um censo demográfico previsto no artigo 5º, parágrafo 5º, da Lei de 15 de outubro de 1827,

que tinha por objetivo fornecer subsídios à ação disciplinadora e moralizadora das autoridades públicas.

Outra marca da decadência é a situação das estradas, descrita pelo “*Amigo da Lei*” (n.116), que credita ao descaso das Câmaras Municipais o mau estado em que se encontravam os caminhos. O correspondente informa que:

“vindo do norte para esta Cidade, e passando por Trahiras, e Pilar, encontrei estradas quase intransitaveis, não se achão pontes, as Arvores cahidas pelos ventos trancão os caminhos, e finalmente achão-se como nunca estiverão no tempo do Despotismo e porque as Illustr. Camaras Municipaes não encarão hum objecto de tão transcendente utilidade para o Commercio, e tão necessario a todos?”

Pel’ *A Matutina*, pode-se antever também a situação das mulheres, que em correspondência à *Matutina* reclamam do tratamento que recebem do gênero masculino. “*A Apaixonada*” alega nunca ter se casado por não querer se sujeitar as práticas humilhantes que os maridos impõem às esposas. Afirma que a situação das mulheres do norte de Goiás é pior que a dos cativos e deposita na Constituição a superação dessa condição: “*Viva a constituição que vem libertar as miseraveis Goyanas!*”

A discussão da decadência, de forma recorrente, tornava sempre ao mesmo ponto: o descaso das autoridades. Goiás, prenhe de riquezas e possibilidades de desenvolvimento encontrava-se estagnado em decorrência das arbitrariedades dos representantes da administração pública. A revolta dos goianos volta-se, especialmente, contra as autoridades imediatas – Câmaras Municipais, juízes de paz, ouvidor – acusados de não observarem as leis e a Constituição.

A face mais perceptível do alegado descaso das autoridades era o mau estado dos prédios públicos, como chafarizes, cadeias e pontes. Em diversos números *A Matutina* discute o assunto, referindo-se aos mais diversos arraiais goianos. Cuidaremos aqui da Cidade de Goiás, Meia Ponte e Pilar.

No número 129, o redator d’*A Matutina* critica o péssimo estado em que se encontra a Cidade de Goiás, clamando para que aquela Câmara Municipal começasse a obrar no sentido de recuperá-la. Traz *A Matutina*:

[...] espera-se em Goyaz, que se concerte o Chafariz, que vai-se arruinando todo, que se cuide nas Pontes, que attestão o desleixo da mesma Camara; que se zele da agoa da Carioca [...], que se mande rossar o mato do Largo do Palácio, que, se não, em breve acoutará ate negros fugidos; que se mande cuidar do Largo do Chafariz, que em partes se acha intransitável.

O texto do redator d’*A Matutina* parece eivado das velhas rivalidades entre Goiás e Meia Ponte, porque a situação em Meia Ponte não parecia diferente, como narra o periódico, em edição posterior:

Faz vergonha, e he um monumento do desleixo o mais reprehensivel, o arruinado estado em que se acha a Cadeia deste Arrayal. [...] Existem neste Arrayal dous Chafarizes, hum no Largo de tras da Matriz, outro na Rua das Bestas. No primeiro, ainda que muito arruinado, corre agoa por hum Cano, no segundo não corre absolutametne agoa.

E a razão pela qual o espaço público era tão mal cuidado pelas autoridades residia na falta de instrução do povo. *A Matutina* concluía que:

“se o povo de Meyaponte fosse mais instruido em seos direitos, se elle soubesse se prevalecer das vantagens do Systhema Constitucional [...] não seria tão menosprezado, e não contemplaria impunes os Funcionários tão indignos de servirem um povo livre.

Já em Pilar, a situação não era diferente. Sobre o arraial situado na comarca do norte, o número 475 do jornal expunha:

O Chafariz e a Cadeia deste Município não podem deixar de serem os primeiros objectos da vossa atenção, as Estradas para todos os pontos, pelas continuadas invernadas estão intranzitaveis, a agricultura se acha como em abandono, a industria tolhida , e he hum dos maiores males que soffre este Município, he a ociosidade de huma classe de indivíduos, hypocritas no trabalho illudindo ao Publico com diferentes occupações, sem perceberem frutos das mesmas, para este mal eu activarei ao Sr. Juiz de paz para applicar as medidas policiaes marcadas por Lei.

Vê-se na correspondência do Fiscal do Município endereçada à Câmara Municipal de Pilar, além do discutido pouco caso das autoridades com os espaços públicos, a criminalização do ócio, pela qual a sociedade delega às autoridades policiais a função de coibir os “vadios”, alegadamente responsáveis pelo atraso da agricultura e

indústria na província. O estímulo ao trabalho é outro elemento da modernidade que se pretende inculcar na mentalidade social, como veremos a seguir.

Quanto ao péssimo estado das estradas em Pilar, o juiz de paz diz que a impossibilidade de mantê-las em bom estado decorre dos grandes vazios demográficos da província, da pobreza dos atuais moradores, bem como da imensidão do território (*A Matutina Meiapontense*, n. 178).

As dificuldades da província atingiam também o Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara, fundado em 1825 e inaugurado em 1826, durante o Governo de Caetano Maria Lopes da Gama (MORAES, 1995, p. 165). O capitão Filipe Cardoso, membro do Conselho de Governo e Comandante interino das Armas informa o péssimo estado do hospital, especialmente após a suspensão da gratificação concedida ao cirurgião inglês que ali exercia seu ofício (*A Matutina*, n. 203). Em diversos números do periódico está anunciada a realização de sorteios para obtenção de donativos destinados à manutenção da instituição.

Outra questão à qual se atribui a decadência da província é a falta de instrução da população goiana. Instrução e Constituição, razão e legalidade eram os caminhos para livrar Goiás das dificuldades nas quais se encontrava. Não obstante essa certeza tida pelas elites goianas, as dificuldades para a difusão do saber na província eram demasiado grandes para garantir o progresso. O atraso da educação era outro responsável pela alegada decadência (n. 333):

O estabelecimento de huma Typographia, a franqueza de huma Biblioteca, e Cidadãos que se dedicarão ao ensino publico auguravão a restauração das Letras em hum povo, que sempre se distinguio por sua tendencia para a liberdade; mas sepultados na ignorância, e contaminados dos males, que ella produz em uma Sociedade, os Meyapontenses não reconhecerão as vantagens, que se lhes apresentão, e contentes, na mais reprehensivel ociosidade, testemunhão os desgraçados Pais os desvarios, e devassidão de seos miseraveis filhos, sem lançarem mão do meio que se tem julgado o mais proprio para felicitar o homem, que he o estudo da sabedoria.

Essa percepção da educação como fonte de progresso e, a *contrario sensu*, sua ausência como fator de atraso em Goiás, encontra-se também no número 363, em que se afirma:

Hum dos males que mais tem pezado sobre o Brasil, he a ignorância sobre a Liberdade legal, este mal sem duvida peza mais sobre as Provincias de Goyaz, e Mato Grosso, onde a mor parte dos habitantes, nem ao menos tem lido a Constituição, chegando mesmo a haver taes que nunca a virão, e alguns d'estes exercitando cargos electivos [...].

A ausência de uma classe letrada mais numerosa causava sérias dificuldades à administração da província, como ocorreu quando houve a redivisão de Goiás em 04 comarcas, no Governo de José Rodrigues Jardim, pelo Decreto de 13 de dezembro de 1832¹⁵. A *Matutina* de número 521 informa a dificuldade em se obter juízes formados para a administração da justiça na província. O informe do Conselho Geral da Província ao presidente José Rodrigues Jardim serve para demonstrar as dificuldades insolúveis das finanças públicas, como se pode observar:

[...] os Julgamentos das Cauzas estão entregues a Juizes leigos em todas as Comarcas desta Provincia, a excepção da de Goyaz; conhecendo o mesmo Conselho os graves inconvenientes, que podem resultar [...], não havendo algum outro meio para animar Bacharéis formados a virem exercer os lugares de Juizes de Direito nas differentes comarcas, se não a certeza de bons ordenados, e sabendo os ordenados marcados por V. Ex. em Conselho, em V. Ex. tanto attendeo a decadencia da Provincia e ao apuro de suas finanças, [...] o Conselho Geral tambem das mais evidente necessidade que V. Ex. em Conselho se digne augmentar os ditos ordenados [...].

Assim, podemos verificar que a falta de instrução pública no seio da sociedade representava um dos aspectos mais salientes da propalada decadência da província.

O que dizer, então, quando se constata que as imagens da decadência estavam presentes não somente no olhar dos viajantes, dos estrangeiros, dos presidentes da província, dos europeus? Deve-se problematizar a tese segundo a qual a decadência decorre tão somente dos olhares estrangeiros sobre a região, imaginando bucolicamente um modo de viver e sentir dos goianos que não concebia a decadência como um problema.

O estigma da decadência deu a Goiás sua marca distintiva, permitindo sua constituição como região. A enunciação da decadência perpassa, portanto, toda a história da região, sendo objeto de apropriações distintas, segundo as necessidades e

¹⁵ As sedes das comarcas eram as seguintes vilas/cidades: Goiás, Santa Cruz, Natividade e Palma.

interesses dos grupos envolvidos nos embates do poder. BOURDIEU (2004, p. 124) afirma que:

“quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, [...], não têm outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma [...]”.

O estigma surge como traço desabonador, que define negativamente o outro. A internalização do estigma permite a inserção do outro em um sistema social e simbólico cujos termos são construídos pelo dominador, mas prepara também a revolução simbólica, capaz de alterar a tábua de valores que funda a percepção do outro como dominado. Trava-se uma disputa pela definição legítima da identidade do dominado, redefinindo seu lugar de fala, reabilitando suas pretensões de autonomia e poder.

O dominado – nessa dissertação, a região marcada pelo estigma da decadência – não reivindica a supressão do estigma, tomado como um traço definidor e distintivo. Suprimir o estigma implica suprimir do embate simbólico o próprio grupo, o lugar de fala do qual se opera a revolução simbólica. *“Abolir o estigma realmente [...] implicaria que se destruíssem os próprios fundamentos do jogo que, ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma [...]”* (BOURDIEU, 2004, p. 127). Antes, o que se questiona é o sistema de representações que dá suporte e sustentação à identidade. Pretende-se inverter o sinal que define o traço distintivo como uma marca negativa, desabonadora.

Segundo BOURDIEU,

“[...] a luta coletiva pela subversão das relações de força simbólicas – que tem em vista não a supressão das características estigmatizadas mas a destruição da tábua dos valores que as constitui como estigmas – [...] é um esforço pela autonomia, entendida como o poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com os seus próprios interesses” (2004, p. 124-125).

Assim, o que fundamenta a disputa simbólica é a pretensão dos dominados de estabelecer um novo lugar de fala, redefinindo sua situação no sistema social.

Entendemos, portanto, que, juntamente com a identidade-estigma dos grupos dominados, caminha um esforço de redefinir os termos do discurso identitário. Não se trata de extinguir o estigma, mas de subvertê-lo, transformando-o em uma marca positiva, capaz de sustentar pretensões de ganho material e simbólico da região. A aceitação do estigma é condição para o reconhecimento da região. Esse reconhecimento, por sua vez, permite que o estigma passe a constituir o traço definidor do grupo e de sua identidade, mas a revolução simbólica opera a transformação do estigma em símbolo, capaz de redefinir a identidade, valorando positivamente o traço assinalado.

A decadência está relatada em pormenores por aqueles que tinham em Goiás seu chão e seu quinhão. E confrontando as imagens dos viajantes com as imagens contidas n'*A Matutina*, não vislumbro maiores diferenças, além daquelas sutis já destacadas no início deste ponto. Os homens e mulheres da elite local, em especial o grupo moderado tratado neste trabalho, que nasceram e viveram na região por décadas e gerações, conhecendo seus caminhos, suas eiras e beiras, como os caminhos sentimentais de seu próprio coração, também constroem um "relato da decadência".

A única hipótese que nos ocorre, em nosso esforço de melhor compreender as representações da região, é que a presença da decadência nos discursos da elite regional só era possível porque já existia em Goiás um projeto de modernidade em curso nos anos de 1830-34. Só a idéia da modernidade é capaz de conceber essa dicotomia entre atraso e progresso, decadência e prosperidade, para, a partir dessa dicotomia, anunciar a mudança.

02.04. A Modernidade n'A *Matutina Meiapontense*:¹⁶

Segundo a percepção do grupo moderado expressa n'A *Matutina Meiapontense*, o *regime constitucional* e a *instrução pública* eram a solução de todos os males sociais. A aplicação esmerada das *leis* era o caminho para superar o atraso. A instrução pública e a *liberdade de imprensa* eram os sustentáculos do progresso vindouro, sem esquecer de que eram, na verdade, o próprio fundamento da existência e do crescimento dos empreendimentos culturais do Comendador Oliveira, entre os quais se destacava *A Matutina*. Por outro lado, o *respeito à ordem legal* era, na verdade, a garantia dos privilégios da classe dominante escravista, representada politicamente pelos moderados. Entendemos que eram esses elementos que representavam a modernidade em Goiás, ponto que passamos agora a discutir.

Em um primeiro momento, pareceu-nos temerária a afirmação de um projeto de modernidade em Goiás na primeira metade do século XIX. Tratava-se de uma sociedade rural, em que o clero constituía praticamente o único setor letrado da população. Todavia, analisando comparativamente, concluímos que não é outra a conjuntura do nascimento da própria modernidade européia. O Renascimento cultural e suas decorrências ideológicas e sociais, como a Reforma Protestante, surgiram da crise do mundo feudal, em uma sociedade tradicional, fortemente assentada na autoridade da Igreja e dos estamentos hereditários.

¹⁶ A expressão modernidade é polissêmica, sendo utilizada para designar um contexto histórico amplíssimo, que vai desde a crise das estruturas feudais, no século XV, até os tempos presentes. Fala-se em modernidade, modernismo, alta modernidade, modernidade tardia, pós-modernidade para designar uma sociedade em que, em termos gerais, a idéia de mudança é internalizada, tornando-se parte das próprias estruturas sociais. Diversos teóricos tentam delinear os termos do fenômeno histórico da modernidade, entre os quais citamos Marshal Berman, Henri Lefebvre, Jacques Le Goff, Anthony Giddens, Stuart Hall, entre tantos outros. No presente trabalho e na maior parte das obras que compõem a historiografia goiana, utiliza-se a expressão para designar a antípoda da decadência. Trata-se, portanto, do esforço de construir uma representação para a região fundada nas idéias de progresso, desenvolvimento e integração à nação.

Em termos teórico-filosóficos, a principal referência dos homens que pregaram essa modernidade em Goiás foi o Iluminismo do século XVIII, com suas revoluções que se estendem até a primeira metade do século XIX. Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, bem como os americanos, como Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, são constantemente evocados nas páginas d'A *Matutina*. O liberalismo político e econômico, o constitucionalismo e a liberdade de expressão, em suas expressões mais conservadoras, são o norte teórico dos goianos que pregaram a modernidade n'A *Matutina*.

Em Goiás, o contexto histórico marcado pela crise da mineração e pela transição para a economia agropastoril será o cenário no qual irá surgir e se desenvolver um projeto identitário regional fundado na idéia de modernidade. Entendemos por modernidade um discurso de afirmação do progresso pelo rompimento com as estruturas tradicionais. A defesa enfezada do progresso leva ao surgimento de dicotomias como velho e novo, atraso e progresso, moderno e tradicional (CHAUL, 2001, p. 156).

Nesse contexto de embate entre o velho e o novo surgiram em todo o mundo ideologias variadas e contraditórias. O espectro ideológico da modernidade inclui desde as idéias mais radicais e revolucionárias, até o conservadorismo positivista do século XIX. Mas em todos os meandros da modernidade permeia a idéia do progresso, que foi o motor de afirmação da burguesia nos tumultuosos anos do século XVIII, mas também a porta por onde ingressaram os movimentos operários de contestação ao capitalismo no século XIX.

No Brasil imperial, a modernidade é inaugurada com o advento da nova ordem nacional, que se fundou em um liberalismo moderado, que permitiu o prolongamento do sistema escravista até fins do século XIX, mas que também contribuiu para implementar as grandes transformações econômicas, políticas e sociais da segunda metade do século. Contraditoriamente, a defesa do progresso e da modernização contribuiu para a afirmação da nova elite nacional e, ao mesmo tempo, permitiu os saltares excessos populares da Regência.

Desde os seus primórdios, a modernidade brasileira esteve envolta nas contradições de uma defesa simultânea da transformação e da permanência. A renovação das instituições políticas não foi acompanhada pela transformação das estruturas econômicas. Pois é essa mesma contradição que procuramos na história de Goiás. A modernidade entrava pelos elevados umbrais da história goiana, sem negar as idéias da decadência, assimilando-a e fazendo dela o ponto de partida do tempo vindouro. As idéias propostas liberalismo político e econômico conviviam com a escravidão e a lavoura de subsistência.

As relações de poder permeiam a gênese e a transformação das identidades. Se os lugares sociais não são estáveis e se as relações de poder não são estáticas, as identidades também não podem sê-lo. A concepção mais adequada de

identidade social é aquela “que a vê como uma questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’. Isso não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma constante transformação” (WOODWARD, 2000, p. 28). Em outras palavras, ao ver a identidade como uma questão de tornar-se, percebemos que aqueles que a reivindicam “não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar-se a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum” (idem, p. 28).

O grupo moderado assumiu o desafio de buscar novos caminhos reposicionando-se na história nacional após a derrocada da mineração. Tomada em seus precisos termos, consideramos que a modernidade já havia chegado a Goiás na primeira metade do século XIX, uma vez que a região já assumia os desafios da mudança, os paradoxos e contradições de se refazer, de tomar novos rumos em face da brusca transição do ouro para a pecuária. A experiência da mudança, da crise, da falência das estruturas é patente na história de Goiás do século XIX.

Mesmo a prostração dos goianos, tão enfatizada pelos viajantes, pode ser vista como a experiência agônica da modernidade. A realidade da mudança, que era em Goiás um dado do mundo físico, das estruturas econômicas e sociais, leva à idéia do rompimento e da perdição de si mesmo. O vazio introjetado no indivíduo é o resultado da necessidade de abandono do passado, da perda das raízes anteriormente firmadas na memória da mineração.

Essa realidade complexa por suas contradições e profundas mudanças foi discutida por PALACIN em *Quatro tempos de ideologia em Goiás* (1986). Para caracterizar a ideologia liberal nos 1822-1840, o autor faz uso da mesma fonte com a qual trabalhamos: *A Matutina Meiapontense*.

Ao analisar o periódico, PALACIN afirma que *A Matutina* foi fundada para a realização de um “programa de formação liberal da mentalidade do povo” (1986, p. 53). PALACIN acrescenta que o liberalismo defendido e propalado em Goiás pertence às correntes mais moderadas do Iluminismo, tendo por ideal político a associação entre Pátria e Trono e caracterizado por uma defesa incisiva da Constituição e das autoridades legalmente constituídas (idem, p. 54).

A liberdade de expressão firmada pela Constituição de 1824, apesar de comprometida pelos excessos do Trono e pela manutenção do escravismo, parecia ser uma realidade para as classes dirigentes, o que ajuda a explicar o grande número de jornais que surgiram no Brasil nesse período.

O surgimento de grupos políticos mais ou menos organizados em torno de projetos, idéias e interesses traziam a possibilidade de uma oposição concreta aos governos do período. Sobre essa possibilidade real de oposição, um fato novo no panorama da história nacional, PALACIN afirma:

A possibilidade de dissentir e a necessidade, portanto, de optar, grandeza e tormento da consciência do homem moderno, começaram a insinuar-se em Goiás, com a independência, timidamente; de uma forma mais aberta, com a crise da abdicação. (1986, p. 55)

Todo esse contexto influi decisivamente na história regional, marcando o lançamento de um projeto identitário fundado nas idéias de progresso, desenvolvimento e respeito à ordem em Goiás. Preocupamo-nos, agora, em tentar caracterizar essa identidade fundada na modernidade e veiculada pelo grupo moderado através d'*A Matutina*.

Através da análise dos trechos de correspondências, proclamações e discursos contidos n'*A Matutina*, pretendemos discutir um pouco da luta das representações que definiram e redefiniram a identidade regional. Se existia uma "identidade-decadência", já discutida anteriormente neste trabalho, existia também uma "identidade-modernidade" que servia aos interesses das elites regionais, que pretendiam, de um lado, inserir-se na ordem nacional e, de outro, garantir a perpetuação dos termos básicos do pacto social do qual se favoreciam.

A aqui denominada identidade-modernidade postulada pelos moderados constitui um exemplo de identidade atribuída, que foi simultaneamente discutida, disputada e constituída em um contexto social marcado por relações desiguais entre os grupos sociais. No pólo dominado dessas relações de força, situa-se um sujeito histórico cuja identificação, definição, caracterização acabam por ser impostas pelo pólo dominante. Privado dos bens econômicos e simbólicos capazes de determinar sua autonomia, o dominado está obrigado a sujeitar-se, a ser percebido e a perceber-se na forma como lhe é imposto pelo pólo dominante.

N'A *Matutina*, fica evidente a atribuição arbitrária de características essencialistas aos goianos. No número 288, dizia-se que a “*maioria dos Goyanos dezeja a Ordem, ama a paz*”; no número 317, o jornal refere-se aos “*bons Goyanos, verdadeiros amigos do Brasil*”; no número 340, o Conselho da Sociedade Defensora de Meia Ponte dizia-se “*certo da indole dos Goyanos, e reconhecendo os sentimentos dos briosos Meyapontenses*”. Em todos esses exemplos, a identidade-modernidade dos moderados atribui aos goianos características dóceis, enfatizando as idéias de adesão e aceitação do sistema social instituído.

Em Goiás, o conjunto da sociedade, em especial as classes populares, é sujeitada por uma classe dominante à qual interessa uma firme representação da ordem como vocação natural da região¹⁷. Na busca por sua integração em um sistema simbólico que lhe impõe uma situação marginal, o dominado – as classes populares ou a própria região – vê-se obrigado a internalizar a identidade atribuída forjada pelo discurso do dominador. Funda-se assim uma tábua de valores e significados capazes de legitimar relações de dominação, privando o sujeito dominado do capital simbólico necessário para a subversão do *status* vigente.

Assim, a identidade goiana fundava-se em alguns elementos, que se encontram difusos nas matérias d'A *Matutina*, quais sejam:

- a) firme adesão à nova ordem nacional;
- b) identificação da sociedade com a Constituição, o Trono e a Igreja;
- c) resistência ao arbítrio de governos absolutistas;
- d) afirmação da liberdade de expressão;
- e) educação liberal dos povos;
- f) defesa de uma ordem social fundada na idéia de trabalho e poupança.

O conjunto desses elementos formava a “identidade-modernidade”, que passamos agora a discutir.

¹⁷ A disputa identitária não se trava apenas nas esferas regional e nacional. Os termos da identidade regional influenciam também no processo de legitimação da ordem social, no interior da própria região.

A defesa do direito de resistência dos povos à opressão, princípio iluminista defendido nas obras de autores como John Locke e Rousseau¹⁸, foi introduzida na epígrafe do jornal na data em que foi noticiada a abdicação de Dom Pedro I. O número 179, de 21 de maio de 1831, inaugura a nova epígrafe do jornal, contendo a seguinte frase: *“O direito de resistencia he direito publico de todo o povo livre”*. A idéia já havia sido anunciada em números anteriores d’*A Matutina*. Por exemplo, no número 07, ao comentar abusos cometidos por membros do Conselho Geral da Bahia, o redator do periódico afirma que *“de certo os Goyanos não soffrerão tão submissa, e cabisbaixamente hum acto tão escandaloso”*.

Em seguida, no número 102, ao referir-se ao grupo político português que se organizava na capital do império defendendo a ampliação dos poderes do imperador Dom Pedro I, o redator d’*A Matutina* acrescenta em tom eloqüente: *“O’ malvados absolutistas, vis Corcundas, e abjectos servis, tremei!... A indignação, e o publico ressentimento de hum povo brioso vos ameaça!... Perfidos! O Brasil vos detesta! Abomina! E despreza!...”*.

No tumulto da instabilidade política decorrente da abdicação, o governo goiano de José Rodrigues Jardim coligou-se com o governo da província de Minas Gerais para a defesa da ordem constitucional. O acontecimento é ensejo para que *A Matutina* louve novamente o caráter dos goianos, invencíveis defensores da ordem e da constituição (n. 338).

No mesmo sentido, no número 392, *A Matutina* elogia o caráter brioso dos goianos que lideraram a formação de uma liga em defesa da Constituição, formada pelos governos das províncias do Grão-Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Mato Grosso e Maranhão. A proposta da liga seria a luta contra a *“intrusão de um Governo illegal na capital do Império”* e contra reformas constitucionais que não seguissem os trâmites marcados na própria Constituição.

Em todos esses trechos, os goianos são apresentados como campeões da resistência contra os “anarquistas do povo” e contra os abusos do absolutismo. Verificamos, portanto, a tentativa discursiva de caracterizar os goianos como árdus

¹⁸ As idéias encontram-se nos clássicos da filosofia política iluminista *O Contrato Social*, de Rousseau e *Segundo Tratado de Governo*, de John Locke.

defensores da ordem constitucional e dos poderes instituídos. Trata-se de um traço da identidade-modernidade proposta pela *A Matutina*, que servia como instrumento das elites contra os revolucionários do povo e contra os absolutistas partidários do retorno de Dom Pedro I, que medravam no Império.

Apesar do péssimo estado em que se encontrava a educação pública em Goiás e em todo o Império, *A Matutina Meiapontense*, no número 19, elogia a boa educação da mocidade meiapontense. De fato, Meia Ponte constituía uma exceção no quadro cultural da Província. No número 12 destacava-se a existência da tipografia e da biblioteca pública fundada no arraial pelo Comendador Oliveira. Dizia o jornal:

Quanto pode em hum povo huma educação liberal! Meyaponte sempre se distinguio em toda a Provincia pelo amor da liberdade, e he para protege-la; que ja possuiue huma Tipographia, e huma Biblioteca, que breve será Publica.

Por certo, nos embates apaixonados entre os meiapontenses e os vilaboenses, Meia Ponte buscava se representar como a modernidade, enquanto imputava a Vila Boa a idéia da decadência e, mais tarde, da anarquia social, com os acontecimentos de agosto de 1831. Nos números 12 e 19, nos trechos que acabamos de comentar, fica evidente que *A Matutina* anunciava que a modernidade goiana residia em Meia Ponte. No número 19 se afirmava:

[...] teremos em breve a ufania de que os Meiapontenses serão conhecidos em todo o Brasil pela civilidade, polidez, literatura, e bons costumes; seja a divisa de Meiaponte a franqueza, a boa fé, e a liberdade. Ah meos Senhores! ja se me representa o tempo, em que a Mocidade de Meiaponte, dotada de polidez, ornada de civilidade, illustrada com a lição, fará as delícias da nossa velhice, e a honra dos Goyanos.

BITTAR, em sua obra *As três faces de Eva na Cidade de Goiás* (2002), constrói três figuras típico-ideais da mulher goiana. A autora demonstra de que forma, na passagem do século XIX para o século XX, a intelectualidade tornou-se um traço social distintivo e enobrecedor na sociedade vilaboense e goiana. De certa forma, essa exaltação da intelectualidade em Goiás é um resultado das pregações liberais do grupo moderado, sendo que esse traço da identidade goiana encontrará maior expressão

exatamente na descendência de José Rodrigues Jardim, do qual se originou a oligarquia Bulhões-Jardim¹⁹. A educação liberal, portanto, era um traço abonador da identidade meiapontense e goiana. Em lugar da representação do atraso, *A Matutina* anunciava o advento frutuoso de uma mocidade ilustrada em Goiás.

Dentro da teia de relações sociais e dependências estabelecidas naquele momento, *A Matutina* anunciava que todo o progresso cultural verificado em Meia Ponte advinha da ação do Comendador Oliveira:

É sem dúvida da maior instrução, do mais perfeito conhecimento dos verdadeiros interesses do paiz que há no Arraial da Meiaponte, que tudo é devido ao Sr. Joaquim alves de Oliveira, debaixo de cujos auspícios, prosperra alli a Imprensa Periódica, a cujas expensa se abriu um Biblioteca Publica, onde três Ecclesiásticos tão patriotas quanto eruditos espalhao por entre o Povo lições e douctrinas úteis a humanidade. (n. 262)

A preocupação com a instrução estendia-se aos meninos órfãos e pobres, para os quais deveria se destinar uma educação que os preparasse para o exercício de ofícios mecânicos dos quais necessitava a província, afastando-os de uma vida de vícios e vadiagem que decorreria da ausência de uma educação liberal (*A Matutina*, n. 393). A educação, quando destinada aos pobres servia, portanto, de instrumento disciplinador, colocando-os a serviço do progresso da província, por meio de ofícios manuais.

O governo do moderado José Rodrigues Jardim destinou grande atenção para a educação na Província. Apesar dos constantes déficits financeiros já relatados, diversas cadeiras foram criadas com habilitação de professores para os mais diversos arraiais. A título de exemplo, vale citar o ilustrativo discurso do Conselho Geral, quando da criação de uma aula de gramática latina em Santa Cruz. Os termos do discurso em nada lembram os lamentos da decadência, vejamos (n. 520):

¹⁹ Inácio Soares de Bulhões ao “ao casar-se com Antônia Emília Rodrigues Jardim – filha de Ângela Ludovico e José Rodrigues Jardim – dá início ao clã dos Bulhões, que tanta importância vai representar para a história de Goiás. [...] Ao casar-se com Ângela, ao ocupar-se com a educação feminina em seu governo e ao educar uma filha como Antônia Emília, José Rodrigues Jardim dá provas de ser fruto de sua terra e de uma realidade histórica que mostra, ao longo dos anos, a cumplicidade existente entre o homem e a mulher na luta contra as adversidades. (BITTAR, 2002, p. 127)

Sendo a Comarca de S. Cruz composta das Villas de Bomfim, Catalão e S. Luzia; sendo o seu território povoado por mais de 20 mil Habitantes, laboriosos e Agricultores, e Fazendeiros, estando colocada no centro de todas estas Povoações a Villa de S. Cruz abundantíssima de víveres, e com um clima saudáve; e não havendo ate o presente em tão vasta, e populosa Comarca huma Aula de Grammatica Latina, aonde se instrua a Mocidade nos conhecimentos desta Lingua tão útil a todos os cidadãos, e essencialmente necessária não só aos que se destinão ao Estado Eccleziastico, como aos que quizerem matricular-se nos Curos Jurídicos do Império; o Conselho Geral da Provincia de Goyaz resolve: Art. 1.º Haverá na Villa de S. Cruz huma aula de Grammatica Latina.

Vê-se que a exaltação das potencialidades naturais, conjugada com o advento de uma educação liberal, eram o caminho do progresso e da modernidade na província. Outro traço fundamental dessa modernidade, fundamento da existência d'A *Matutina* era a liberdade de imprensa. Sendo um dos pilares de propagação da filosofia iluminista, a liberdade de expressão era anunciada como o mais seguro remédio contra os males da opressão. É que se discute no número 132:

A liberdade da Imprensa he o mais forte baluarte da Liberdade da Nação, e não póde ser restringida se não pelos Governos Despoticos. – He a livre comunicação dos pensamentos, e opiniões; he dos direitos o mais preciozo do homem, por consequência todo o Cidadão póde fallar, escrever, e imprimir livremente [...]

Por certo, em Goiás, o exercício desse direito era facultado aos membros do grupo moderado através d'A *Matutina Meiapontense*.

Outro traço característico da modernidade é a exaltação do trabalho e da poupança, fundamento de legitimação da classe burguesa e instrumento de consolidação do capitalismo. No número 133 d'A *Matutina* esses elementos são apresentados da seguinte forma:

Finalmente se vós quizerdes o caminho da fortuna será tão plano como o do mercado. Tudo depende destas duas palavras principalmente: Trabalho e Economia, isto he, não dissipar nem tempo, nem dinheiro; porem sim fazer de ambos o melhor uso que for possível. Sem trabalho, e sem economia, não fareis cousa alguma; e com elles fareis tudo.

Outro pilar da modernidade capitalista, o direito de propriedade é defendido através de uma correspondência enviada por "O buffão Improvisado", no número 136, na qual se comenta:

O direito de Propriedade he o que pertence a todo o Cidadão de gozar, e dispor à sua vontade, e do modo mais absoluto de seus bens, de suas rendas, e do fructo de seu trabalho ou industria: Ella he hum direito inviolavel, e sagrado.

O direito de propriedade é absolutizado, o que demonstra a adesão do correspondente d'A *Matutina* aos princípios que regem o liberalismo clássico, em voga em todo o mundo ao longo do século XIX.

Todos os elementos até aqui expostos são importantes na configuração da modernidade em Goiás. Todavia, indubitavelmente, o mais seguro baluarte da modernidade em Goiás, segundo os moderados, era a identificação dos goianos com a Pátria, o Trono, a Igreja e a Constituição.

No número 17, instala-se uma disputa entre os baianos e os goianos, sobre qual dos povos teria um mais elevado apego à Constituição:

De que maneira, Sr. Redactor, põem a Matutina em mais subido auge a constitucionalidade do Povo de Goyaz, comparado com o da Bahia? Eu hoje sou Goyano e na face deste briozo Povo fallo, por isso que o vejo regeitar incensos hiperbolicos [...]

A reação do correspondente d'A *Matutina* caminhava no sentido de afirmar o igual patriotismo de todas as províncias do Império, razão pela qual procurava rejeitar os “*incensos hiperbólicos*” do redator do periódico. N'A *Matutina* empreendia-se esse esforço de enunciação de um discurso performativo²⁰, que pretende tornar real aquilo que se enuncia. Tentava-se, em meio à multiplicidade de vozes, construir a identidade-modernidade goiana, na qual os goianos eram os campeões da defesa e do amor à nação e às instituições liberais.

Em edições posteriores, os “*incensos hiperbólicos*” do culto relator d'A *Matutina* continuavam a aparecer. Evidente que a redação retórica do jornal almejava um efeito persuasivo sobre os seus leitores, a abundância de imagens objetivava concretizar na consciência de quem lê a identidade-modernidade dos goianos. No

²⁰ Segundo BOURDIEU (2004, p. 114), a eficácia do discurso performativo, entendida como a capacidade de tornar real o que se enuncia, é proporcional à autoridade do sujeito que enuncia. Essa autoridade deve ser capaz de impor ao grupo não somente a percepção de sua unidade, de sua identidade interna e de sua diferenciação ao que lhe é externo, mas também as categorias de percepção do mundo, capazes de homogeneizar o discurso, delimitando seus horizontes, suas possibilidades, suas limitações. Essa percepção idêntica do mundo, pensado a partir das mesmas categorias, é que fundamenta, em um nível mais interno, a própria identidade do grupo.

número 39 falava-se do “*sentimento geral dos Goyanos, que antes querem morrer, que ver cair a Sagrada Constituição, que jurarão e que defenderão ate a ultima extremidade*”.

No números 65, os excessos retóricos continuam:

E a Provincia de Goyaz, que foi hua das primeiras do Brasil em adherir a sagrada causa da Independencia, que se conservou sempre firme, fiel, e unida ao systema regenerador do Brasil, que conseguiu huma união tal com os seos Governantes, que ate hoje tem evitado a mais pequena effusão de sangue, e que pelos seos patrioticos exforços a prol da tranqüilidade, e firme adhesão a Sagrada Pessoa de S. M. o Imperador, mereceo varias Portarias, em que o Mesmo Augusto Sr. mandava louvar, e agradecer seu zelo, e fidelidade; huma Provincia, que não reconhece outra liberdade, senão a da Constituição; outra ventura, senão a de ter sido sempre fiel a S. M. I. e outro praser, senão o de se ter conservado livre de revoluçoens [...].

As demonstrações do caráter “*briozo*” dos goianos estavam presentes em todos os pontos da província. O Sr. Miguel Gomes dos Anjos, natural de Arraias, escrevia ao jornal, no número 80, para afirmar que “*he tanto o amor dos Goyanos ao Seo Adorado Imperador, que ate aqui no centro da Comarca de S. João das Duas Barras 110 legoas ao Norte da Cidade de Goyaz os moradores de Arrayas não soffrem que se passe silencio os justos motivos do seo praser: e me incunbirão de lhe dirigir a presente [...]*”.

Por certo, segundo o redator d’*A Matutina*, era nas festividades públicas que se manifestava em toda a extensão a devoção dos goianos ao sistema de instituições que representavam a nação. As festividades possuíam um caráter cívico, sendo instrumentos de formação da comunidade imaginada discutida por ANDERSON²¹ (1991, p. 1-7).

²¹ O autor propõe uma definição de nação como uma **comunidade política imaginada**. E ainda imaginada como sendo **limitada** e **soberana**. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações podem conhecer seus companheiros, encontrá-los ou mesmo ouvi-los, mas na mente de cada um vive a imagem da comunhão que há entre eles. ANDERSON entende que toda comunidade que transcende as primeiras vilas de contato face-a-face são imaginadas. As nações são imaginadas como limitadas, porque mesmo a maior delas é finita e além de suas fronteiras vivem outras nações. Nenhuma nação imagina a si mesmo como a humanidade. Os nacionalistas mais messiânicos não sonham com o dia em que todos os membros da raça humana se unam à nação deles, no mesmo sentido em que foi possível, em certas épocas, os cristãos sonharem com um planeta inteiramente cristão.

Celebrações públicas eram preparadas em todos os arraiais, com destaque para o culto solene em que a Igreja assumia em toda a plenitude a sua autoridade diretora do universo social simbólico, pelo qual se uniam misticamente o Imperador, a Divindade e a Nação.

Meia Ponte e Goiás rivalizavam em seus esforços de demonstração pública de civismo. Silva e Souza possuía sempre a tribuna de honra dessas celebrações na cidade de Goiás. O dia 03 de maio era celebrado por marcar a abertura da Assembléia Geral do Brasil, como noticiado no número 18:

O Venturoso e sempre dezejado Dia 3 de Maio [...] foi magnificamente festejado neste Arraial, cujos habitantes não perdem occasiao de patentear ao Publico seus nobres sentimentos de fidelidade, e adhesão a Causa da Patria, elles congregarão-se no Templo da Matriz, que estava ricamente ornada; hum grande concurso de homens de todas as Classes, e de Senhoras assestirão ao Solemne Te Deum.

Igualmente o dia 07 de setembro, dia da Independência Nacional, era comemorado com grande pompa como o dia de fundação da pátria, sendo igualmente comemorado publicamente em todos os arraiais²². N'A *Matutina*, narravam-se os festejos em Meia Ponte em setembro de 1830:

Sempre solícitos os povos deste Arraial em solemnizar os Venturos Dias de Festividade Nacional, não de devia esperar que passassem em silêncio o Aniversário da Nossa Independência, e por isso reunidos na Matriz que se achava elegantemente ornada assestirão hoje ao Solemne Te Deum [...].(n. 69)

Outra data comemorada pelos “*patrióticos*” goianos era o 12 de outubro, data de aniversário de Dom Pedro I. O trecho abaixo refere-se ao ano de 1830, pois, no ano seguinte, Dom Pedro I abdicaria do trono brasileiro em favor de seu filho, após turbulenta crise política. Os mesmos personagens que saúdam festivamente o Imperador, no ano seguinte cantariam a felicidade de sua queda. No número 85, exaltava-se a figura de Dom Pedro I:

²² A adesão das massas a essas solenidades é duvidosa, como atestam as críticas que o redator d'A *Matutina* dirigiu à população e às autoridades da cidade de Goiás no número 162.

Com quanto reconheçamos nossa insuficiência para descrever os festejos, e regozijos Públicos com que os Meyapontenses celebrarão o Faustissimo Dia 12 de Outubro, Natalicio de S. M. Imperador, e Anniversario de Sua Gloriosa Acclamação, julgamos todavia faltarmos ao nosso dever, se não apresentassemos do modo que nos fosse possível huma, ainda que resumida descripção do que se passou agora neste Arrayal para fazer conhecer em todo o Brasil, que os Meyapontenses não cedem a nenhum outro Brasileiro em amor da Pátria, em fidelidade a S. M. O Imperador, em hum inabalavel constancia e firmesa ao Systhema de Governo Monarchico – Constitucional – Representativo, e em Solemnes demonstrações de jubilo nos Dias de Festividades Nacional.

No mesmo número do periódico (n. 85), era publicada uma trova em louvor do Imperador Dom Pedro I:

*Neste Dia o Mundo vio
Surgir Gênio Bemfeitor;
Nelle acclamou o Brazil
Seu Primeiro Imperador.*
Coro
*Gratidão Meiapontense
A' ninguem cede em amor:
Viva Pedro Heroico, e Sabio
Deste Imperio Fundador.*

Os literatos da província colocaram a poesia a serviço da causa da pátria, símbolo da modernidade em Goiás. No número 162 é encartado outro poema, em comemoração do dia 25 de Março, data da outorga da Constituição de 1824. Eis um trecho do poema publicado n' *A Matutina*:

Hymno composto por hum Goyano, e cantado no dia 25 de Março de 1831, no Festejo que à Constituição se deo em o Morro de S. Barbara na Cidade de Goyaz.
*Já disponta no Horizonte
Nova luz, novo clarão:
O Brazil ditozo alcança
Liberal Constituição.*
[...]
*Os Goianos valerosos
D'alma grande, e coração,
Deffender tem protestado
Liberal Constituição.*

*Os Goianos não receao
Estampidos do canhão,
Por entre sustentao
Liberal Constituição.*
[...]

Os anteriores louvores a Dom Pedro I contrastam com as celebrações festivas que tomaram a província com a notícia de sua abdicação. O “Pedro heróico e sábio”, fundador do Império e herói da Independência, que houvera outorgado a “liberal Constituição” de 1824, é descrito agora como um pérfido absolutista. Tal fato demonstra que, o que se celebrava n’A *Matutina* era a ordem estabelecida. Demonstrava-se um grande apego às instituições e se procurava aderir às situações consolidadas no Rio de Janeiro, em face da total impossibilidade de os goianos interferirem no curso dos acontecimentos. A *Matutina* fazia um esforço no sentido de tornar aceitáveis as notícias chegadas da capital do Império, assimilando o vocabulário e os argumentos emanados dos setores vitoriosos em cada embate político.

O trecho abaixo, publicado no número 204, noticia a forma pela qual foi recebida a notícia da abdicação em Traíras²³:

A noticia agradável, que fez exultar de prazer toda a Nação Brasileira, pela certeza de se haver desterrado para sempre o negro despotista, pela Abdicação do Sr. Pedro 1.º excitou nos corações Trahiranos hum contentamento, de tal sorte que unidos voluntariamente illuminarão todas as cazas nos dias 26-27 e 28, do corrente Junho [...] recitaram varias quadras poeticas em louvor do Augusto Imperador Constitucional o Sr. D. Pedro II [...].

No número 205, a Câmara Municipal da Cidade de Goiás convidava todos os cidadãos a iluminarem suas casas por três noites, em comemoração da “*milagroza solução, que teve o Problema Politico*” em que a facção absolutista colocara o Brasil. Na cidade de Goiás também se comemorava a queda de Dom Pedro I, percebida como uma vitória do constitucionalismo liberal contra as tendências absolutistas e recolonizadoras que ameaçavam o sistema político brasileiro.

Ao final, no número 502 do periódico, é apresentada a situação política da província após as turbulências que sacudiram a região. Como resultado do valor prestado às instituições pelos goianos, “*em Goyaz tem reinado a paz e a tranqüillidade [...]. Os habitantes do Sul e Norte da Provincia achão-se firmes em defender os dous mais caros*

²³ A ausência de outras fontes impede-nos de verificar se os acontecimentos relatados n’A *Matutina* efetivamente se desenrolaram como narrado pelo correspondente do norte da província. É improvável que a população, em sua totalidade, celebrasse a notícia da abdicação de Dom Pedro I. Portanto, consideramos que o jornal nos revela a forma pela qual os moderados receberam a abdicação, não a forma como o conjunto dos goianos encarou a queda do imperador Dom Pedro I.

objectos do nosso amor, e respeito, o Throno do Augusto Monarca o Sr. D. Pedro 2.º, e a Constituição Política do Império [...]. A paz e a tranqüilidade representavam certamente a manutenção do grupo moderado no poder, com o firme propósito de construir a modernidade em Goiás através da integração ao projeto político da nação representado pelo governo monárquico constitucional de Dom Pedro I.

Ao discutir os discursos da modernidade e da decadência em Goiás a partir d'*A Matutina Meiapontense*, notamos algumas questões que merecem ser destacadas.

Na abordagem tradicional, modernidade e decadência são marcas do mundo econômico. Fala-se da integração aos mercados litorâneos, da precariedade das estradas para o transporte de mercadorias, da inexistência de mercados internos, das técnicas rudimentares de cultivo e criação de gado em Goiás. Todavia, partindo das representações de Goiás n'*A Matutina*, observamos que as representações da região formuladas pelos goianos prendiam-se antes ao mundo político que às necessidades do mercado. O goiano é representado antes como um ser político do que como um agente do mundo econômico. O contexto histórico que se segue à Independência, por suas próprias características, ajuda a compreender a proeminência do elemento político nos discursos do grupo moderado.

N'*A Matutina Meiapontense*, as preocupações com o mundo econômico, presentes em diversos trechos do jornal, aparecem subordinadas ao elemento político. Segundo a mentalidade dos grupos sociais da época, todo o progresso econômico era esperado como um produto da ação do Estado imperial.

Por certo que as representações da decadência consolidadas pela historiografia devem-se em grande parte ao privilégio dado à esfera econômica pelas correntes herdeiras da dialética materialista marxista.

Outro ponto de relevo que queremos destacar é o significado d'*A Matutina* para o campo identitário regional. Ao fazer o anúncio da modernidade em Goiás, o grupo moderado operava na região o que BOURDIEU denominou de Revolução Simbólica. Revolução Simbólica que não significa a negação da decadência, mas a retomada dos instrumentos materiais e simbólicos capazes de definir e redefinir continuamente a identidade regional. Segundo BOURDIEU (2004, p. 125):

“A revolução simbólica contra a dominação simbólica [...] tem em jogo não, como se diz, a conquista ou reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva desse poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se [...] para se fazer reconhecer”.

Ao propor que *A Matutina Meiapontense* era veículo de um projeto identitário conduzido pelas elites regionais, estamos sustentando a hipótese de que a região retomava a capacidade de ordenação de seu sentido histórico, emancipando-se da dependência simbólica que atrelava a região aos discursos e relatos de viajantes e administradores estrangeiros.

As representações de Goiás e dos goianos fundadas no respeito à ordem e à Constituição podem ser problematizadas pela atuação de outro grupo político em Goiás: o “grupo dos radicais”. Os acontecimentos que se desenvolveram na cidade de Goiás em agosto de 1831 nos permitirão discutir e contestar a representação da identidade-modernidade formulada pelos moderados.

CAPÍTULO 03: A LUTA DAS REPRESENTAÇÕES

03.01. A deposição de Miguel Lino e a crise da identidade-modernidade:

No presente capítulo procuramos discutir de que forma os acontecimentos do cenário nacional e regional ocorridos no ano de 1831 afetaram as representações de Goiás n’A *Matutina Meiapontense*. O advento de movimentos revolucionários em Goiás e no Brasil colocou em crise a identidade-modernidade formulada pelos moderados. A anarquia e a desordem irrompiam onde os moderados diziam ser a casa das liberdades individuais, do civismo ordeiro, da defesa da Constituição. O periódico anunciava essa crise no número 308, onde se afirmava “*he doloroso que em Goyaz, no Paiz, em outro tempo denominado – habitação da paz – appareção factos como o que me participa a Camara em seo Officio de 26 do Corrente [...]*”.

Primeiramente, no seio das elites nacionais, operou-se a abdicação do imperador. A instalação da regência garantiu a frágil manutenção do ordenamento político-jurídico estabelecido pela Constituição de 1824. As transformações e crises político-sociais decorrentes da abdicação determinaram a necessidade de mudanças institucionais que levaram à elaboração do Código de Processo Criminal de 1832 e ao Ato Adicional de 1834.

No seio das camadas populares, grandes revoltas irromperam em todo o país, ameaçando a ordem latifundiário-escravista instituída no Império.

Nesse cenário, as representações de Goiás formuladas a partir da firme adesão à ordem – representada pela Constituição, pela Monarquia e pela Igreja – ficaram seriamente comprometidas. Apesar de ser representado pelos moderados pela ardorosa adesão ao poder central, Goiás foi palco de um movimento insurrecional que levou à deposição do presidente da província, Miguel Lino de Moraes.

Seguindo-se à deposição de Miguel Lino, a regência, ao abrir espaço para uma maior autonomia regional, permitiu a ascensão do grupo moderado ao poder em Goiás, através da nomeação de José Rodrigues Jardim para a presidência da

província. Todavia, a ascensão dos moderados ao poder na região foi antecedida de uma acirrada disputa com outro grupo político, aqui denominado de grupo dos radicais. Na luta pelo controle político da província, radicais e moderados formularam suas representações da região, mostrando o quadro dinâmico, extremamente móvel dentro do qual a identidade regional foi apresentada, discutida e disputada pelos grupos políticos goianos. O tema do presente capítulo, portanto, é a luta das representações de Goiás entre radicais e moderados a partir d'*A Matutina Meiapontense*.

No contexto nacional, ocorre, a 07 de abril de 1831, a abdicação de Dom Pedro I. Dom Pedro I havia se desgastado com as elites nacionais em sucessivos episódios. Primeiro veio a dissolução da Assembléia Constituinte, fulminando as tendências liberal-conservadoras manifestadas por José Bonifácio e seus asseclas. Depois, a outorga da Constituição de 1824, em que Dom Pedro I fez inserir o Poder Moderador, chave dos poderes absolutos do Imperador. Em seguida, o massacre da Confederação do Equador, em 1824, e, ainda, a intervenção na questão sucessória portuguesa. Dom Pedro I manifestara também sincera simpatia pelos portugueses ainda residentes no Brasil, fazendo-os participar ativamente da administração pública no Primeiro Reinado.

Em Goiás, Miguel Lino fora nomeado presidente da província em 1827. Descrito pela historiografia como um homem culto, buscou promover o desenvolvimento do ensino regular em Goiás, além de tentar diversificar a economia local, com estímulo à agricultura e pecuária. Fundou também uma fábrica de tecidos na cidade de Goiás, em 1828 (PALACIN, 1994, p. 54-55).

A notícia da abdicação de Dom Pedro I chegou a Goiás em 21 de maio de 1831. Naquele dia, *A Matutina*, que geralmente contava com 04 (quatro) páginas, era impressa em 06 (seis) laudas, e noticiava festivamente a abdicação de Dom Pedro I.

Brasileiros! – Um acontecimento extraordinário veio surpreender todos os calculos da humana prudencia; uma revolução gloriosa foi operada pelos esforços, e patriótica união do Povo, e Tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada uma so gota de sangue: sucesso ainda não visto ate hoje e que deve honrar a vossa moderação, energia e o estado de civilização a que haveis chegado.

Brasileiros! Um Principe mal aconselhado, trasido ao precipicio por paixões violentas, e desgraçados prejuizos anti-nacionaes cedeo a opinião pública, tao briosamente declarada, e reconheceo que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros. (A Matutina Meiapontense, n.179)

Contando o herdeiro Pedro de Alcântara apenas 04 anos de idade, instalou-se, conforme previsão inserta nos artigos 122 e 123 da Constituição de 1824, o governo regencial²⁴.

As forças descontentes com os rumos tomados pelo país desde a Independência, frustradas em seus anseios de autonomia e liberdade, já que o Rio de Janeiro substituíra, à altura, o mando autoritário e centralizador que antes emanava de Lisboa, promoveram sucessivas revoltas contra o poder central. As Revoltas Regenciais que eclodiram nas províncias – Cabanagem (Grão-Pará), Balaiada (Maranhão), Sabinada (Bahia), Revolta dos Malês (Bahia), Rungas (Mato Grosso), Farroupilha (Rio Grande do Sul), entre outras – são a expressão máxima da crise política característica do período.

A *Matutina* alardeava os graves tumultos que se sucediam na Bahia e no Rio de Janeiro, temendo que a qualquer instante as turbulências chegassem a Goiás:

Apezar porem de que no Bahiano se leia que nem huma gota de sangue se derramou e que nenhum insulto se fez ainda aos mesmos Portuguezes, inclinamo-nos a crer que alguma coisa houve, e do Rio se escreve que houverao vinte e tantas mortes depois de todas as mudanças que temos refferido, e quando dissemos que nos inclinamos a crer é pelo que diz no dia 13 de Abril o Vice-Presidente na seguinte Proclamação [...]. (A Matutina Meyapontense, n. 201)

A *Matutina Meiapontense* noticia toda sorte de acontecimentos que ocorriam nas várias províncias do Império, dando especial destaque aos acontecimentos que se desenvolviam na Bahia, que chegam a repercutir na região norte de Goiás, nas proximidades da fronteira com a Bahia. O número 198, d'A *Matutina*, de 05 de julho de 1831, informava que:

Com a chegada do Correio, nenhuma notícia obtivemos da Corte, porque se diz que um dos Pedestres adoecendo não viera, senão uma Malla, que conduz o Correio para Cuiabá, recebemos com tudo, notícias da Bahia, que alcanção até 13 de Abril. O Bahiano, O Escudo, O Soldado Constitucional trasem artigos interessantes e refferem as mudanças que tiverão logar no Gov. desta Prov. Nos dias 5, 6 e 7 de Abril: o Povo e a Tropa reunidos no Campo do Barbalho operarão patrioticamente tudo quanto se podia ilustrado e verdadeiramente amigo da Const.: o Comm.

²⁴ As disposições sobre a regência encontram-se no Título 5º, Capítulo V, da Constituição de 1824, compreendendo os artigos 121 a 130.

das Armas o Marechal João Chrisostomo Callado Brasileiro adoptivo, e como muitos outros inimigos da Patria, que só por circunstância adoptarão, foi suspenso do Commando e enviado ao Rio de Janeiro; e nomeado Comm. o Exm. Visconde de Pirajá, Brasileiro nato, e de todo o conceito.

A instabilidade política chega a Goiás e, no Arraial de Flores, ocorre o assassinato do ouvidor da comarca do norte, conforme já discutido no capítulo anterior. Não ficaram esquecidos os arbítrios perpetrados pelo Desembargador Castro, mas, assumindo mais uma vez um discurso constitucionalista, afirma *A Matutina* que “*com quanto o Sr. Castro tenha obrado de huma maneira criminosa, nenhum indivíduo na Sociedade tinha o direito de o punir, senão a Auctoridade Legítima*”. Edições posteriores d’*A Matutina* continuaram a noticiar os reflexos dos sérios acontecimentos verificados no norte.

Segundo Miguel Lino de Moraes (*A Matutina*, n. 216), os acontecimentos verificados no norte, apesar de não ofenderem o “*character briozo*” dos goianos, chamavam a

atenção sobre os boatos espalhados n’esta Cidade, por poucas pessoas incosideradas, sobre os pasquins, que tem apparecido, e sobre as sugestões, que talvez em occulto se tenham manejado, para banir de seus empregos os Brasileiros adoptivos por felicidade, Cidadãos honrados, residentes, há muito tempo na Província, onde cazarão, com filhos, com estabelecimentos, tão Cidadãos quantos os Brasileiros natos [...]. Quaes os fins, ou Authoridade para este atentado? a do vil interesse de seus lugares, prerrogativas e Ordenados! mas isso não cabe em peitos generozos, que estão ligados as famílias de seus concidadãos.”

Na mesma edição do periódico, o presidente Miguel Lino de Moraes envia uma correspondência na qual expressa o descontentamento com a notícia divulgada pelo redator d’*A Matutina*, acusando-lhe da demora no envio das notícias relativas à Abdicação. Fica evidente o choque entre as elites goianas e o presidente da província (n. 216):

Sempre prompto em deffender o que mais prezo, permitta-me na sua Matutina esta correspondencia, objetando a intriga, que ali se fomentou contra o meu conceito mas que a Matutina não podera vencer, em quanto se servir de lugares comuns, e não apresentar factos reaes, sem prova em contrario.

Mais adiante, o presidente afirma em termos severos que:

Se o Sr. Redactor se servisse de um bocadinho de Hermeneutica e reflectisse quanto arriscada he, no tempo prezente, aquella sua opiniao [...] talvez seguisse a doutrina dos Redactores mais conceituados, e de tacto mais fino para encaminhar a opiniao publica a favor dos interesses do Brasil.

[...]

Se o Sr. Redactor viesse para aqui escrever o seu Periódico, ficaria ao alcance do que se passa, sem aproveitar informações de caminho, e render-me-hia mais justiça.

Sou e serei sempre Sr. Redactor

Seo muito affectuoso

Miguel Lino de Moraes.

Apesar do assassinato do ouvidor da comarca do norte, o presidente Miguel Lino de Moraes noticia n' *A Matutina* que as informações recebidas em resposta à circular que informava sobre a abdicação de Dom Pedro I, anunciavam “*o contentamento, e tranquillidade, com que se fez publica aquella notícia*”. Conclui o presidente que “*toda a Província continua a gozar o mais perfeito socego*” (*A Matutina Meiapontense*, ns. 202 e 207).

Diante da crise manifesta do governo de Miguel Lino de Moraes, os grupos políticos goianos voltam a se organizar, de forma a retomar o poder na província. Ao grupo dos radicais coube a iniciativa do movimento insurrecional²⁵.

Os dois dirigentes do grupo dos radicais eram o padre Luiz Bartholomeu Marques e o capitão Filipe Cardoso. Luiz Bartholomeu Marques ocupava o cargo mais elevado destinado a um natural de Goiás, a vice-presidência da Província. O capitão Filipe Cardoso era o Comandante Interino das Armas da Província. Vê-se que o grupo dos radicais encontrava-se bem instalado no cenário político da província, detendo cargos relevantes na estrutura administrativa.

O grupo de radicais deixou-se imbuir do forte sentimento antilusitano que caracterizava o contexto histórico regional e nacional. O antilusitanismo, que levou ao assassinato do desembargador Castro no arraial de Flores, volta-se nesse

²⁵ O mesmo grupo intentou, em agosto de 1821, a deposição de Manuel Inácio de Sampaio, último governador da Capitania de Goiás no período colonial. O movimento foi delatado e os envolvidos foram enviados para o norte da capitania, onde proclamaram um governo independente de Vila Boa que durou de 1821 a 1823.

instante contra a figura do presidente da província, o português Miguel Lino de Moraes.

O movimento, liderado pelo padre Luis Bartholomeu Marques, ao lado do coronel Felipe Antônio Cardoso, teve início em 14 de agosto de 1831, com apoio do “bispo cego”, Dom Francisco Ferreira Azevedo, e conseguiu o apoio e adesão das tropas da província, depondo o português Miguel Lino de Moraes, bem como todos os portugueses ocupantes de cargos públicos na região.

O primeiro elemento que chama a atenção na deposição de Miguel Lino de Moraes são as semelhanças com o movimento ocorrido em 1821, no qual se intentou a deposição do Capitão Sampaio. Em 1821, o golpe contra o capitão Sampaio deveria eclodir às nove horas do dia 14 de agosto, conforme relata CAVALCANTE (2003, p. 33). A data de 14 de agosto volta a aparecer dez anos mais tarde como o início da insurreição contra Miguel Lino de Moraes. Parece-nos evidente o propósito do grupo radical de estabelecer um mito fundador na história regional, estabelecendo o 14 de agosto como um marco da luta da sociedade goiana contra governos identificados com a memória da colonização portuguesa.

Em 1831, segundo os relatos constantes d'*A Matutina Meiapontense*, os acontecimentos se precipitaram a partir de uma rebelião das tropas goianas, em função de um ofício enviado pelo presidente Miguel Lino para municiar o Batalhão nº 29, instalado em Vila Boa, com o fito de proteger os europeus (ou brasileiros adotivos, aqueles que, nascidos em Portugal, permaneceram no Brasil após a Independência, respeitando a ruptura dos laços com a antiga metrópole).

A rebelião das tropas fez-se manifestar por ofício encaminhado ao Conselho do Governo para que fossem depostos todos os brasileiros adotivos que ocupassem cargos no governo da província. O Comandante das Armas da Província, o Sr. Coronel Felipe Antônio Cardozo, convocou extraordinariamente o mencionado Conselho, em face da resolução das tropas de não depor as armas enquanto não fosse cumprida a exigência.

Em face da possibilidade de estourar uma guerra civil, risco mencionado na ata do Conselho que registrou aquela reunião extraordinária, deliberou-se

unanimemente pela deposição de todos os brasileiros adotivos. A edição nº 222 d'A Matutina divulgou o importante manifesto dos rebeldes²⁶.

²⁶ **PROCLAMAÇÕES** Honrados, e prudentíssimos Goyanos. Empossado no dia de hontem pela Camara Municipal no Lugar de Vice-Presidente desta Prov., á que me elevarão os votos dos meus amados Concidadãos, eu vos apresentar-vos apressadamente por causa dos trabalhos, que me cercão no momento, hum abreviado relatorio dos factos que hontem tiverão lugar nesta Cidade, e que depois vereis circunstaciados na Matutina Meyapontense, para a qual serão quanto antes enviados copias authenticas das Actas que os contem. O dia 14 do corrente mez de Agosto nos apresentou com a descuberta de uma horrorosa perfidia pelo municiamto do Batalhão N.º 29 de polvora, e bala para nos commetter hostilidades, huma gloriosa resistencia de todo o Povo, a Tropa d'esta Cidade, a que igualmente se unio o dito Batalhão para mostrar ao perfido, e ingrato que isto fez, que os Goyanos não derramarão o sangue dos Goyanos. Na qualidade de Juiz de Paz eu recebi huma Parte circunstanciadas do patriota Comm. interino das Armas, e na de Vice-Presidente do Conselho Administrativo huma reclamação do mesmo Comm. para convocar o Conselho, e nelle decidir-se o conflicto de jurisdicção privativa do dito Comm. que se vio por elle ameaçado ate com a depozição do Commando. Perturbado, e afflicto como era natural, com hum acontecimento de tal transcendencia, eu fiz participar immediatamente ao Presidente da Camara que hia convocar o Conselho na Sala das suas Sesses, e que convinha muito que ella concorresse com medidas de providencia para a tranquillidade publica, que se achava tao infelizmente perturbada. Convoquei com effeito o Conselho, e o Presidente, a Camara: reunirao-se estas Corporações: a noticia da reuniao fez estremecer ao ex-Presidente: o ex- Presidente procurou atrahir o Conselho ao Palacio do Governo: o Conselho repellio a sua tentativa por elle o mais envolvido entre as causas da perturbação. Nao tardou a Providencia em mostrar a particular attenção, com que accode aos Goyanos: cahio espontaneamente por terra o orgulho com a traição. O ex-presidente deo-se por dimittido do Lugar que occupava: a sua dimissao foi approvada unanimemente pelo Conselho, e pela Camara; tomei posse no mesmo acto da Administracção da Provincia; a Camara ficou continuando Sessao sobre os objetos de sua competencia, e o Conselho se transferio para a Salla das suas Sessões no Palacio do Governo. Continuou aqui a tratar a portas abertas de medida providentes ao socego Publico, e considerando ultimado este trabalho levantou-se a Sessao. Nao estavam porem ultimados todos os dezejos do Povo, e da Tropa; apresentou-se por parte desta huma Requisição para serem igualmente depositos todos os Brasileiros adoptivos, que se achavao actualmente empregados na Provincia; convocou-se de novo o Conselho para se tratar d'esta Requisição assaz ardua, e espinhosa; e depois de esgotados inutilmente todos os meios de moderação, e de prudencia, a que o Cons. Recorreu, para tranquillisar os ânimos, o mesmo Cons. resolveo unanimemente a depozição de todos os ditos Brasileiros adoptivos empregados, e verificou-se logo esta Resolução no ex-Ouvidor Joaquim Francisco Gonsalves Ponce de Leao, e no ex-Juiz de Fora Joao Chrisostomo Pinto da Foeca. Considerando que o Povo, e a Tropa cujo numero cada vez mais se aumentava, se dariao por contentes com a Resolução tomada; e com a depozição dos dous Ministro, eu me dirigi ao Lugar da sua reuniao, e lhes proclamei a necessidade da dispersao para evitar o terror, e o susto, que incutiao em muitos desta Cidade: como porem nada conseguisse, recolhi-me, e recebendo pouco depois participacção da Camara de estarem ja empossados os novos Magistrados, procurei encorpar-me com o Commandante das Armas, e fui com elle fazer ver a Tropa aquella participacção, que punha fora de toda a duvida o cumprimento de seus dezejos. Nem as efficazes persuasoes do Comm. e nem as minhas, poderao vencer cousa alguma a este respeito, dando-se-nos em resposta que ella se conservaria ato o fim na boa Ordem, em que estava, defendendo mesmo de qualquer insulto aos Brasileiros adoptivos, e os seus bens, mas que nao deporiam as Armas, em quanto nao viesse realisada a deposição de todos, e a Cidade em tranquillidade. Eis-aqui, honrados Goyanos, tudo o que se passou de hontem até hoje a hora, em que esta vos dirijo. A Tropa está reunida, e postada em diversos pontos da Cidade; mas ella tem protestado que nao fará o mais pequeno damno a pessoa alguma. Conservai-vos pois em socego, e esperai do Exm. Conselho Administrativo, e das mais Authoridades Constituidas todas as providencias que exige a Publica tranquillidade. Fazei-o assim, e desempenhareis com gloria e prudentissimo caracter de Goyanos. Viva a Nação Brasileira! Viva a Constituição Política do Imperio! Viva a Assembléa Geral Legislativa! Viva o Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro III! Viva a Regencia Suprema do Brasil! Viva a Tropa de Goyaz! Vivao todos os Goyanos, Vivao, Vivao! – Cidade de Goyaz 15 de Agosto de 1831, Decimo da Independencia, e do Imperio. – *Luiz Bartholomeu Marques.*

A medida trouxe protestos e contra ela pesou a acusação de inconstitucionalidade, visto que o artigo 6º, IV e artigo 179, da Constituição de 1824, concediam aos chamados brasileiros adotivos os mesmos direitos garantidos aos brasileiros natos. A amizade e os serviços prestados à província por diversos portugueses fizeram surgir protestos contra a deposição dos mesmos, fazendo com que, mais tarde, se retificasse a ordem para que apenas os adotivos de Vila Boa fossem depostos.

Em oposição ao grupo de radicais que liderava o movimento e que assumia o poder na província com a posse na presidência de Luiz Bartholomeu Marques levantou-se *A Matutina Meiapontense*, que assumiu um discurso liberal-constitucionalista. A representação ordeira dos goianos foi rompida pelos acontecimentos que levaram à deposição de Miguel Lino. Os moderados de Meia Ponte cuidaram de se apresentar como a verdadeira representação dos goianos, em oposição aos rebeldes que depunham o presidente da província. No número 285, procurava-se explicitar as diferenças entre o clima ordeiro e pacífico que se encontrava em Meia Ponte e a desordem instalada na capital:

Quanto he aprasivel a tranquillidade que gozão os Meyapontenses na quadra actual! Quando em alguns pontos da Comarca do Norte os povos tem sido victimas de assassinos, e roubos, quando a mesma Capital da Provincia tem apresentado hum orisonte carregado, ainda mesmo depois de ter sido o theatro vergonhoso de huma sedição anarchica, Meyaponte tem sido cosiderado, por assim dizer, como o porto de salvamento, onde tem achado abrigo os que procurão fugir as tempestades politicas. Amigos da Pátria os Meyapontenses considerão, como seo primeiro dever, faser todos os exforços para se obter a União, e respeito as Leis e as Authoridades, oppondo-se a devassidão e aos vícios [...]

A Matutina Meiapontense criticava duramente as medidas tomadas pelo governo revolucionário de Luiz Bartholomeu Marques. Na mesma edição em que foi publicada a Proclamação do padre, o periódico foi autorizado a publicar o curioso anúncio:

Somos autorizados a publicar o seguinte

ANNUNCIO

Todos os Srs. Brasileiros adoptivos, não so residentes nesta Provincia, como em outra qualquer deste Imperio, que não tiverem perdido o Direito

de Cidadão Brasileiro, na forma do art. 7º do Tit. 2º da Constituição, acharão em Meyaponte cordeal agazalho, e uma franca, e amorosa hospitalidade: a salubridade do clima, e a fertilidade do seo territorio lhes oferece commodos meios de subsistencia, e o character firme, e probo de seos habitantes que não admittem outra distincão entre os Cidadãos Brasileiros, senao a do § 14 do Art. 179 da Constituição lhes assegura a inviolabilidade dos Direitos garantidos pela Constit. do Imperio.

A proclamação do Padre Luiz Bartholomeu procurava justificar e explicar as medidas tomadas, contrárias à lei e à constituição da época. As palavras naquele momento dirigidas ao conjunto da sociedade goiana preocupavam-se, sobremaneira, em legitimar o poder do novo dirigente, apresentando uma versão apropriada dos fatos, segundo a percepção e os interesses do governo então instalado.

Se no documento analisado, Miguel Lino é descrito como um “pérfido e ingrato” que atentava contra os valentes patriotas, ao municiar o Batalhão nº 29, sem o assentimento do capitão competente, encontramos uma versão diferente a respeito do perfil político de Miguel Lino na historiografia. A respeito do governo do português Miguel Lino de Moraes, PALACIN e MORAES (1994, p. 54-55), afirmam que se tratava de um governante inteligente e que se empenhou em fazer uma boa administração. Como já mencionado, criou uma companhia de mineração em Vila Boa, uma fábrica de tecelagem e incentivou a agricultura e a pecuária em um quadro geral marcado pela estagnação econômica que se seguiu à decadência da empresa mineradora na região.

O movimento guarda relação com o quadro geral de instabilidade que se instalou no Brasil após a abdicação de Dom Pedro I, em 07 de abril de 1831. A Matutina Meiapontense dá testemunho, em diversos números, da animosidade para com os portugueses residentes no Brasil, acusados de atentarem contra a Independência do Brasil, ainda ameaçada por propósitos recolonizadores. A própria intervenção do Imperador Pedro I na questão sucessória portuguesa, em defesa do trono de sua filha Dona Maria da Glória, que havia sido usurpado pelo tio Dom Miguel, fez surgir o receio de união das coroas do Brasil e de Portugal, o que representaria a virtual recolonização do país.

O zelo dos brasileiros pela Independência recém obtida fez com que os ânimos se voltassem contra aqueles que mais proximamente representavam o controle da antiga metrópole, ou seja, os portugueses residentes no Brasil. Sabe-se também

que, em grande parte, cargos importantes do Império independente continuavam ocupados por portugueses de nascimento, por política deliberada do Imperador Dom Pedro I. Os anseios de nacionalidade que despontavam no Brasil identificaram no brasileiro adotivo a ameaçadora figura metropolitana, justificando os vários atentados cometidos contra portugueses em Goiás e no Brasil.

Por outro lado, o Período Regencial afigura-se na história nacional como um momento marcante de afirmação dos poderes regionais, das regionalidades, em oposição ao característico centralismo do Império brasileiro. Em Goiás, Luiz Bartholomeu e Felipe Cardozo, lograram a deposição de um presidente português e, dado relevante, obteve-se a nomeação sucessiva de três presidentes goianos, após aqueles acontecimentos.

Todavia, os presidentes nomeados pertenciam ao grupo dos moderados. Nas sucessivas nomeações regenciais, o grupo moderado conseguiu assumir o controle de um movimento cujo ponta-pé inicial coube aos radicais. A regência reprovou o caráter antilusitano do golpe dos radicais desfechado contra Miguel Lino, de modo que o controle político da província foi entregue aos moderados, sendo nomeados para a presidência da Província José Rodrigues Jardim (1831-37), Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (1837-39) e José de Assis Mascarenhas (1839-45), todos goianos.

A luta das representações continua e *A Matutina Meiapontense* insiste em afirmar o caráter “brioso” e “honrado” dos goianos, que desaprovaram os acontecimentos verificados na capital. O periódico falava em nome dos povos de Meia Ponte, Santa Luzia, Bonfim e Traíras, informando que (n. 265):

O povo de Meyaponte, os de S. Luzia, Bomfim, Trahiras não cedem em Constitucionalidade a nenhum outro do Brasil, elles se mostrarão firmes no cumprimento de seos deveres, apezar dos desvarios que se notarão na Capital da Provincia de Goyaz.

As notícias de Santa Luzia, contidas no número 243 d’*A Matutina* reafirmam a representação pacífica e ordeira do goiano, elogiando o “*caracter sincero, a polidez, e boas maneiras de tanto distinguem este bom povo, que não pode deixar de fazel-o encarar com horror a perseguição que se tem apresentado aos Adoptivos [...]*”.

No número 267, publicam-se notícias de Traíras e Bonfim, informando, novamente, a firme adesão daquelas povoações à ordem constitucional. A identidade-modernidade dos goianos é reafirmada e estendida aos naturais desses arraiais:

os Trahirenses naturalmente sensíveis e dotados de afabilidade não poderão ouvir a deshumana, e barbara perseguição que tem soffrido os Adoptivos em algumas logares da provincia, e com mais terríveis apparatus na Cidade de Goyaz, sem se deixarem possuhir daquelles sentimentos de humanidade, bem próprios de corações que a immoralidade, e os deboches ainda não corromperão [...]

Em Bonfim as notícias asseguram a tranqüilidade e o sossego que ali se observa, expressão do bem que “*gozão seos felizes habitantes, respeitadores da Lei, Cidadãos sinceramente amigos da paz, e da Ordem*” (n. 267). A tentativa do periódico é isolar a cidade de Goiás como representação da desordem na província, como fica evidente no número 275 do jornal, com a seguinte notícia:

Somente a Capital da Prov. Porquanto os Arrayaes da Prov que contem a sua maior população nunca approvarão a insurreição popular dos dias, 14, 15, e 16 de Agosto, como alguns até pela Matut. o declarão. Cumprindo mesmo notar-se que a parte melhor conceituada de Goyaz tãobem mostrou sempre desaprovação a taes desvarios.

Em todas essas notícias fica evidenciada, primeiramente, uma crise da identidade-modernidade formulada pelos moderados e pautada na representação da ordem. Segundo, ficam patentes os esforços do mesmo grupo, através d’*A Matutina*, para resgatar a ordem na província, respaldada na representação pacífica e ordeira de seus habitantes. Os radicais, por seu turno, instalados na Cidade de Goiás passam a representar a identidade-decadência, sendo-lhes imputada a marca da anarquia, da desordem, do desrespeito à legalidade.

Nos números seguintes, o periódico empreendeu um esforço no sentido de negar a versão criada pelos radicais, segundo a qual a deposição de Miguel Lino e dos portugueses que ocupavam cargos públicos em Goiás foi feita em nome do clamor emanado do povo e das tropas de Vila Boa, que exigiam essa medida extrema. No número 249 e em diversas outras edições (ns. 237, 238, 242) constavam correspondências com o seguinte teor:

Como bom Cidadão Brasileiro, amigo da boa ordem, e tranqüilidade publica declaro por esta a V. S., e ao nobre Publico que estando eu de Guarda [...] chegou o Alferes Camargo, e dise que quem ainda não tinha assinado um papel em Caza do Juiz de Paz, fosse quanto antes porque a causa era de todos [...] Apresentarão huma penna com tinta para assignar um papel que eu não sabia o que era, e vendo muitos assinados, tambem o fiz mas agora melhor informado de que semelhantes assinaturas são arranjadas, e de facto forão para lançarem fora de seos Empregos todos os Brasileiros adoptivos, homens aliás muito bons, e pacíficos; arrependo-me de o ter feito e reclamo por esta a minha assignatura.

Não dispomos de fontes capazes de elucidar o verdadeiro significado da sedição perpetrada em agosto de 1831, na Cidade de Goiás, esclarecendo se foi uma autêntica rebelião das tropas e povo ou se uma conspiração de líderes manipulando seus subordinados. O que nos interessa ressaltar é a preocupação d'A *Matutina Meiapontense* em negar o caráter sedicioso ou rebelde dos goianos, cuidando em resgatar a identidade-modernidade postulada pelos moderados.

O grupo moderado demonstrou, em todos os atos da vida política aqui retratados, uma conduta profundamente respeitosa em relação ao *status* político instituído. Do próprio estamento burocrático e das instituições constitucionais é que derivava a legitimidade do poder. Não acreditava o grupo de Jardim, Fleury e Oliveira que o agir político poderia retirar seu fundamento de validade das aspirações populares, quase sempre identificadas pelos moderados com a anarquia e a desordem. A identidade dos goianos deveria firmar-se, portanto, na adesão ao projeto nacional-constitucional, rechaçando o convite dos radicais à desordem e à anarquia, como fica evidenciado no número 254:

E vós Goyanos, nos vos deixeis illudir pelos dogmas d'esses que vos chamando Cidadãos pertendem insultar-vos, fazendo-vos instrumentos de seos baixos caprichos.

Goyanos, ou Soldados, ou paisanos todos somos Brasileiros, e nos devemos unir para alcançarmos os bens da Liberdade constitucional, so pela união conseguiremos a tranqüilidade, deixemos os caprichos, encaremos todos o bem geral, e a Pátria será salva. E vós, o briosa porção de Cidadãos, a quem a Nação confiou as Armas para sua deffeza, e segurança de liberdade, considerai a honra que vos resulta, e servi-vos das armas somente para os fins, que se vos confiou. Quem vos incitar a desobedecer a Lei, e as Auctoridades vos insulta atrevidamente.

Diversamente, os radicais fundavam sua conduta no sentir de uma legitimidade interna, como se o governo da província respondesse primeiramente aos provincianos, de cujo assentimento poderia se extrair o fundamento de legitimidade de seus atos.

Os radicais estavam sempre atentos aos rumores sociais que pudessem habilitá-los à tomada do poder. Foi assim na frustrada tentativa de deposição do Capitão Sampaio, em 1822; na instituição de um governo independente no norte de Goiás, entre 1821 e 1823; e na deposição de Miguel Lino de Moraes, em 1831. Na deposição de Miguel Lino, os radicais estiveram atentos ao sentimento antilusitano que grassou entre as camadas populares não só em Goiás, mas em todas as províncias do Império, tornando-o uma política da nova administração provincial, que demitiu todos os portugueses que ocupavam cargos públicos em Goiás.

Em 1831, sem um apego mais profundo à ordem legal, os radicais estavam livres para identificar nos portugueses o “outro” diabólico responsável pelo atraso/decadência da província. Os goianos constituíam um grupo identitário chamado a tomar o comando da situação política regional, mesmo com o grave rompimento da legalidade instituída. Enxergando a legitimação de suas pretensões de poder nos setores populares da província, os radicais estavam sempre a um passo das armas contra as instituições que representavam, outrora, o domínio metropolitano, e, em 1831, o centralismo político do Império.

Em posição diversa investiam os moderados, que fundavam a identidade da província e dos goianos em um respeito cerimonioso às instituições políticas do Império. Os moderados agiam judiciosamente aguardando que as medidas alcançadas no centro político lhes abrissem as portas do poder na província.

Dessa forma, a identidade proposta pelos moderados não poderia fundar-se na oposição ao elemento lusitano, considerando que os lusitanos ocupavam espaços de poder consideráveis no Primeiro Reinado. Incumbia-lhes, então, fundar a identidade goiana nos princípios solenemente proclamados do ideário liberal-constitucional. Seriam, por conseguinte, os goianos “honrados e prudentíssimos”, afeitos ao respeito à lei e à autoridade constituída.

Os radicais, ao contrário, estavam sempre prontos a sustentar os direitos da natureza, contra os direitos da legitimidade instituída. Apesar de não se afastarem os radicais da corrente política liberal, trata-se, por evidente, de um liberalismo de cores mais radicais.

03.02. O governo de José Rodrigues Jardim e os esforços de reabilitação da identidade-modernidade:

Empossado na presidência da província em 31 de dezembro de 1831 (FERREIRA, 1980, p. 18), todos os esforços do governo de José Rodrigues Jardim foram no sentido de resgatar a unidade dos goianos a partir da identidade-modernidade postulada pelos moderados. Trata-se de um momento importantíssimo de afirmação da identidade regional em torno do projeto político formulado pelos moderados. O chamamento à unidade evocado tantas vezes por Jardim marca o esforço de reafirmação da ordem e de consolidação das representações que identificavam Goiás com os interesses do grupo alçado ao poder pela Regência.

O caminho da unidade, contudo, impunha a superação das fissuras deixadas pelos recentes acontecimentos de 14, 15 e 16 de agosto de 1831 na capital. Em busca da unidade política da província, o elemento identitário volta a assumir grande relevância nos discursos de José Rodrigues Jardim. A afirmação de uma identidade goiana, nesse momento, convocava a sociedade goiana à união em torno do novo líder e ao abandono das posições que há pouco levaram às divisões e intrigas políticas na província.

Logo no início de seu governo José Rodrigues Jardim dirige uma proclamação aos goianos, convocando a população à união e ao resgate dos valores e virtudes que, desde 1822, fizeram-se os traços identificadores de Goiás (n. 280):

PROCLAMAÇÃO

Honrados Goyanos, Patricios Caros, elevado a primeira Auctoridade da Província pela Regência, que em Nome de S. M. o I. Governa o Imperio, eu me dirijo a vos. [...] O pres. vosso Patrício, e vosso amigo vos proclama paz, e união: sem união não pode haver paz, precursora da abundancia, e sem abundancia não pode haver felicidade, seja o exacto

cumprimento das Leis o vinculo sagrado que nos ligue, ellas ja não são dictadas pelos inimigos do Brasil, pelos inimigos da nossa prosperidade, sim pelos nossos eleitos, por nos mesmos, e por isso tanto mais religiozamente devem ser observadas: por ellas, e só por ellas podemos ser felices. [...] Somos todos Brasileiros, Somos Irmãos, unamo-nos todos e veremos surgir da mizeria esta Pátria que tanto de Coração amamos.

Em seguida, o novo presidente recorre à recente história da província para reafirmar as imagens da ordem e do progresso político de Goiás e dos goianos. Jardim evoca a tomada do poder pelo grupo moderado em 1822, depondo o último capitão general da capitania, Manoel Inácio de Sampaio. Bem articulado politicamente e com o apoio da classe proprietária de Vila Boa e Meia Ponte, o grupo moderado, já naquelas circunstâncias, logrou a derrubada do governador Sampaio, afastando os membros da junta fiéis ao capitão deposto, por meio da eleição de nova Junta Provisória, em 08 de abril de 1822²⁷.

Evocando aqueles acontecimentos, na mesma proclamação, em tom solene, José Rodrigues Jardim convocava a sociedade goiana a se lembrar “*da Gloria de que se cobrio Goyaz em 1822, pela nossa fidelidade, e pela união dos bons Goyanos. [...] Vivão os bons e honrados Goyanos*” (n. 280).

No número 305, outro comunicado de Jardim n’A *Matutina* remetia aos acontecimentos de 1822. É possível perceber o esforço do presidente para se estabelecer uma linha de continuidade entre aqueles acontecimentos e o momento presente da vida política da província, buscando um atestado histórico da “tradição inventada” de que os goianos são patriotas amantes da ordem, desde as passadas gerações. José Rodrigues Jardim afirmava:

Honrados Compatriotas, Não he a primeira vez que tendes a vossa frente Como Membro de hum Governo Eleito por vós [...] A vossa fidelidade nas mais violentas comossões vos tornarão dignos d’admiração, recordai vos d’esse tempo: se não sois os mesmos, sois filhos, sois Irmãos, sois parentes dos mesmos, sois Goyanos (n. 305).

²⁷ Os membros da Junta Provisória eram os seguintes: Coronel Álvaro José Xavier (presidente); Capitão José Rodrigues Jardim (secretário); Raymundo Nonato Hyacintho; João José do Couto Guimarães; Joaquim Alves de Oliveira; Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e Ignácio Soares de Bulhões. A Junta Provisória criada em abril de 1822 governaria até 14 de setembro de 1824, quando tomou posse Caetano Maria Lopes Gama, nomeado pelo imperador Dom Pedro I como o primeiro presidente da província de Goiás.

Na percepção de MOREYRA (1980), os acontecimentos de 1822 marcam o início de um longo processo de consolidação das elites locais na vida política da província. O período regencial e a ascensão de Jardim ao poder em Goiás sinalizam a continuidade desse lento processo, cujo desfecho seria a consolidação das oligarquias na República Velha. Segundo MOREYRA (1980, p. 262):

O grupo vitorioso, depois de firmar-se e reunificar as comarcas, viria a consolidar-se no poder durante o período regencial e cristalizaria, ao longo do segundo reinado, um estamento político-burocrático concentrado na cidade de Goiás que só começaria a ser transformado mais de um século depois.

Na consolidação dos grupos políticos de Goiás e Meia Ponte, a questão identitária se apresentava como um processo de agregação da sociedade em torno das novas lideranças. José Rodrigues Jardim representava a realização mais completa da identidade-modernidade noticiada pelos moderados em Goiás. A *Matutina Meiapontense*, em diversos números, cuida de exaltar a trajetória pessoal do presidente, informando das dificuldades de sua vida política e ressaltando o civismo e o amor profundo à terra goiana que moviam o presidente. O periódico teve importante papel na afirmação do novo líder. No número 280, o jornal traz em resumo a vida política de José Rodrigues Jardim:

Desde 1822 em que o Exm. Sr. Jardim como Deputado e Secretario da Junta Provis. do Gov. desta Prov. trabalhou e conseguiu o restabelecimento da ordem, e concordia entre os Goyanos, tornando-se credor da Publica estimação; reveses politicos, que alias muito honrão o Sr. Jardim o fiserão experimentar dissabores de mais de hum gênero, mas sua probidade , e a firmeza do seo character adquirirão maior realce e o seo nome continuou a pronunciado com respeito. Elleito Juiz de Paz de S. Rita (18 legoas distante de Goyaz) e empregado em Lavoura, e Mineração, elle não se nega ao Serviço Publico [...].

A teia de relações sociais e políticas que unia o presidente da província ao grupo que liderava *A Matutina* fica explicitada na correspondência que José Rodrigues Jardim endereçou ao redator do periódico, o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que haveria de sucedê-lo na presidência da província. Jardim saúda o redator do periódico afirmando em seguida (n. 280, de 12 de janeiro de 1832):

O Sr. Redactor foi meo Collega em 1822, de mão dadas trabalhemos para salvar a Pátria dos Catástrofes, que em outras Provincias apparecerão, conhece as minhas intenções, e os sentimentos do meo coração; resta-me dizer que sou o mesmo homem; não deve por tanto vacilar por hum momento da sinceridade com que lhe derige esta o seo amigo

José Rodrigues Jardim.

Durante todo o seu governo, José Rodrigues Jardim, preocupou-se precipuamente com a pacificação da província. A divisão entre radicais e moderados ameaçava a ordem na província, apesar de já se haver ultrapassado o momento mais crítico das dissidências e revoluções. A *Matutina* atribuía à ação de José Rodrigues Jardim a pacificação da província, exaltando uma vez mais a figura do novo líder dos goianos:

A conducta do Sr. Pres. tem correspondido ao conceito, que sempre formamos da sua política, e confiamos que em breve se restabeleça a concordia entre todos os Goyanos (n. 291).

No número 312, além dos repetidos elogios a Jardim, a identidade-modernidade volta a aparecer pela atribuição de traços de caráter aos goianos, agora retratados como tendo um caráter dócil e pacífico. Vejamos:

Goyaz. – A tranquillidade publica se vai restabelecendo nesta Cidade, e desde os tumultuosos dias de Agosto ate hoje (12 de março) nunca se desfrutou tanto socego [...]. A conducta prudente, e a politica do Sr. Presidente da Prov. são sem duvida a principal causa do socego que se goza; cumprindo todavia confessar que o character docil,e pacífico dos bons Goyanos não se podia compadecer com esse espirito desordeiro, que homens bem conhecidos quiserão introduzir na Cidade; esses homens se acha isolados, e os bons Goyanos tornando a occupar o logar que lhes compete entre os verdadeiros Patriotas acabar de dar hum publico testemunho de sua adhesão a Ordem pela espontaneidade com se tem prestado a formação do Corpo de Guardas Municipaes [...].(n. 312)

O jogo identitário, nesse contexto, aparece como uma estratégia de eliminação, ou melhor, de apagamento dos conflitos sociais, criando-se a falsa impressão de homogeneidade e aceitação da ordem por todos os grupos que compunham a sociedade goiana. A idéia de uma “*perfeita concórdia*” entre todos os

goianos é expressa em ofício da Sociedade Defensora de Meia Ponte, publicado no número 288 d’*A Matutina* nos seguintes termos:

A Sociedade [...] ouza se prometter em breve o restabelecimento de huma perfeita concordia entre todos os seos Habitantes, fundada em que a maioria dos Goyanos dezeja a Ordem, ama a paz, e dettesta essa funesta rivalidade de nascimento que alguma perturbação tem causado entre Brasileiros.

Os esforços de consolidar a paz e unidade entre os goianos faziam-se sentir também no seio da sociedade vilaboense, na qual se funda a Sociedade Conciliadora e Filantrópica com o objetivo mais ou menos explícito de auxiliar o presidente da Província na restauração da paz. Conforme se nota no número 350, o principal responsável pela criação da sociedade foi José de Assis Mascarenhas, enteado do presidente José Rodrigues Jardim, já que era filho de Ângela Ludovico²⁸ com Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de São João de Palma, governador da capitania de Goiás entre 1804 e 1809 (BITTAR, 2002, p. 94-95). As teias de sociabilidade vão lentamente se revelando, demonstrando a coesão interna das elites e a percepção uniforme que procuravam consolidar a respeito da região. No número 350 publicava-se acerca da fundação da Sociedade Conciliadora:

Os verdadeiros amigos do Brasil reconhecem em o Exm. Pres. hum Patriota sem nodoa, e querendo cada hum partilhar a gloria de servir a Patria em o tempo, que ella reclama soccorros, se propuserão a crear em Goyaz huma Sociedade Patriotica que devera tomar o Titulo de Consiliadora; esta Sociedade que muitos bens augura a Goyaz já conta conta vários Sócios; o Sr. Presidente e o Sr. Bispo forão admittidos a ella, o seo Pres. he o Exm. Sr. D. José de Assiz Mascarenhas, Ouvidor desta Comarca, Cidadão que tem sabido atrahir a amizade dos Goyanos, e que se diz, ser quem propusera a criação de huma tal Sociedade [...]. Aos honrados Goyanos residentes na Capital, e nos diversos pontos da Prov. que souberão manter-se contra a facção anarchica, que não poude progredir na Provincia.

²⁸ “Filha de conceituada família da sociedade vilaboense, torna-se concubine de Francisco de Assis Mascarenhas, ilustre nobre português, com o qual tem dois filhos. Segundo os valores sociais da época, Ângela Ludovico não preenche os requisitos necessários para uma mulher se tornar esposa de um nobre português, restando-lhe apenas o papel e concubina. [...] Depois do término da relação com Francisco de Assis Mascarenhas, Ângela casa-se com José Rodrigues Jardim, militar que vem a ser o primeiro goiano a ocupar o cargo de presidente da província de Goiás.” (BITTAR, 2002, p. 94-95)

A Regência, por sua vez, condenou com veemência os atos do governo instituído após a deposição de Miguel Lino de Moraes, respaldando a política conciliadora dos moderados em relação aos brasileiros adotivos. O ato de demissão dos portugueses que ocupavam cargos públicos em Goiás foi declarado ilegal e anulado pela Regência, operando-se o retorno dos portugueses aos cargos dos quais haviam sido afastados. No número 347, publicava-se nota sobre essa decisão da Regência, novamente ressaltando a vitória da ordem sobre a anarquia, ou seja, a vitória da modernidade sobre a decadência em Goiás:

Meyaponte – O povo que combate pela Liberdade he sempre invencivel, e nada pode impedir seo Triumpho, mas vencedor, elle conserva o caracter, e a dignidade de hum Cidadão Livre, e a Lei continua a ser seo ídolo. Em outro N.º apresentaremos a Proclamação, que aos Goyanos dirigio o Exm. Pres. por motivo da reintegração dos Adoptivo, e Meyaponte que defendeo sempre a Constituição ouvio com praser o seo Triumpho sobre os Anarchistas. A noite se notou huma bella illuminação, e em ninguem se percebeo o menor rancor, nem ainda contra os perturbadores, tal he o caracter d'um povo Livre em seo Triumpho!..

No número seguinte, José Rodrigues Jardim discursa aos goianos conclamando todos à união e reafirmando os traços de caráter que sinalizam a identidade-modernidade dos moderados. Nas saudações finais aparecem novamente os elementos da unidade dos goianos: a Igreja, a Constituição e o Império:

[...] foi declarado nulo o illegal procedimento, que tevem lugar em a nossa Pátria: já são chamados a seos empregos os que sem culpa se achavão delles esbulhados: o que resta Goyanos? Abraçar-mos aos nossos Irmãos: abraçar-mos-nos todos: apareça de um lado generoso esquecimento, do outro se veja sincero arrependimento: pequenos sacrificios bastão para fazer nossa ventura: e tu Espirito de vinganças fogo para os infernos. Goyanos união: só assim poderemos saborear os fructos da nossa Constituição, só assim poderemos ter paz, sem a qual não há felicidade. – Viva a nossa Santa Religião. – Viva a Constituição do Império. [...] – Viva o Senhor Dom Pedro II [...] – Vivão os honrados Goyanos. – Cidade de Goyaz 22 de Junho de 1832. – José Rodrigues Jardim. (n. 347)

Quando da criação das Guardas Nacionais, surgiram receios sobre armar-se a população depois dos episódios de agosto de 1831. Temia-se o retorno de novas afrontas entre setores da sociedade goiana. No número 350, contudo, *A Matutina* respondia àqueles que duvidavam do caráter pacífico dos goianos. O jornal defendia o

equivoco daqueles que diziam do retorno de conflitos com os brasileiros adotivos, ressaltando que os “*Goyanos são obedientes, e uma vez que a Regencia declarou nullos os actos resultantes daquelas requisições, elles jamais o repetirão [...]*”.

Por fim, a gradativa restauração da ordem em Goiás resultou na marginalização política dos radicais. A aparente vitória do discurso da ordem e do respeito à legalidade permitiu a consolidação do grupo moderado no poder.

O revolucionário Padre Luiz Bartholomeu Marques disputou eleições para Juiz de Paz na Cidade de Goiás, obtendo apenas 24 votos. O candidato vitorioso foi o português Coronel João José do Couto Guimaraens, que obteve 95 votos sendo reeleito para o importante cargo de juiz de paz na capital da província²⁹. João José era membro da Sociedade Conciliadora da Cidade e Goiás, sendo integrante, portanto, do grupo moderado.

A eleição de um “brasileiro adotivo” colocava em pauta novamente a discussão sobre os acontecimentos de agosto de 1831. Na edição de número 371, de 26 de setembro de 1832, os radicais eram denominados “*rusguentos*”. Publicava-se:

Foi reeleito para Juiz de Paz o Sr. Coronel Joao Jose do Couto Guimaraens, essa illustre victima dos dias de Agosto do anno proximo passado, e que agasalhado neste Arrayal soube penhorar os corações dos Meyapontenses. [...] e não obstante a intriga contra os Adoptivos, acaba agora de obter 95 votos com que he reeleito Juiz de Paz. [...] Uma carta de pessoa fidedigna diz – os rusguentos estao assanhados vendo que os seos apenas obtiverão uma menoridade estao para desesperar enganou-se o seo Correpndente mencionado na Matutina. Outra diz – sahio Couto para Juiz de Paz disem com 90 votos Que volubilidade de character. Quem diria a vista dos factos preteritos que hum Adoptivo obteria suffragios, havendo Natos em igualdade de circunstancias. Se em Goyaz nao houvessem Natos igualmente bons, e doctados de retidao, bem, porque so devemos ambicionar o commodo dos povos, porem he desgraça que maior parte dos Brasileiros ainda se julgue nao capases do governo de sua casa, e por isso de bom grado se entragao aos d’alem Mar

A derrota do Padre Marques e a fundação das duas sociedades patrióticas – Defensora em Meia Ponte e Conciliadora em Goiás – demonstram o enfraquecimento

²⁹ A escolha dos Juizes de Paz ocorria através de uma eleição, para um período de quatro anos. Os quatro cidadãos mas votados da localidade exerceriam aquele cargo, cada um durante um ano, e os outros três atuariam como suplentes. Os escrivães e os inspetores de quarteirão eram nomeados pelas Câmaras Municipais, mediante proposta dos Juizes de Paz. (NASCIMENTO, 1997, p. 43)

dos radicais, a que corresponde igual fortalecimento do grupo moderado, amante da ordem e simpático aos portugueses residentes no Brasil. O periódico no final do ano de 1832 informa o total restabelecimento da normalidade política, representada pela hegemonia incontestada dos moderados. A descrição da ordem mais uma vez confunde-se com a identidade-modernidade. A paz que se vive na sociedade era representada como um influxo da índole profunda dos goianos, como se revela nos trechos abaixo:

Goyaz – A tranqüillidade, e publica satisfação, que se observa nesta Cidade são as mais patentes demonstrações, de que o Governo Goyano tem empregado-se com disvelo em cumprir seos deveres. [...] o Sr. Presidente conhecendo bem os escolhos, e certificado da bondade de character dos Goyanos em geral, tem sabido chamar tudo a ordem, sem que tenha apparecido a menor perturbação [...]. (n. 362)

Não pode deixar de ser lisongeiro, Srs., o ter de annunciavos que a paz, e a tranqüillidade reina em toda a Provincia: os Officios que tenho recebido das differentes Authoridades me fazem certo de que ella se acha em pleno socego, e se o devemos ao character, honrado e pacifico dos Goyanos, podemos conceber a lisongeira esperança de que elle não será perturbado. Este he o ardente voto do meo coração. (n. 393)

De todo o exposto nesse capítulo, concluímos que a hegemonia do grupo moderado, representado pelo governo de José Rodrigues Jardim, não obteve a emergência de grupos dissidentes, capazes de formular um projeto político e identitário diferente para a região. Luiz Bartholomeu Marques e Filipe Cardoso foram interlocutores importantes do grupo moderado. Os radicais, por vezes, apesar das poucas diferenças ideológicas e apesar de representarem basicamente o mesmo extrato social, encarnaram a figura do outro, a alteridade necessária para fortalecer e consolidar a identidade proposta pelos moderados.

CONCLUSÃO

Buscamos ao longo do trabalho investigar e discutir os processos históricos dos quais resultaram a identidade goiana. Dos relatos de viajantes, passando por relatórios de governo e obras da historiografia regional, procuramos enfrentar o dilema da identidade assumindo o mal-estar que as representações de Goiás nos traziam pela estigmatização da região. O estigma da decadência, do atraso, do isolamento, da pobreza e das pontes quebradas. O estigma das minas estagnadas, da indolência dos povos, dos maus costumes das mulheres goianas.

Partimos do pressuposto de que a identidade é um elemento ordenador da história, um porto de constância e permanência no fluxo incessante das mudanças. A identidade nos traz a idéia confortadora de que sempre fomos e sempre seremos o que somos. Comumente os discursos identitários buscam a afirmação de uma essência que não temos, ou melhor, são a procura de uma essência que adquirimos historicamente. Desnaturar as identidades para historicizá-las é um desafio que cabe ao historiador.

Na história de Goiás, o recente desenvolvimento político, cultural, social e econômico que tem conhecido a região trouxe novamente à luz o tema da identidade goiana. Confrontadas com a beleza de Goiânia, com a exuberância histórica de Vila Boa ou Meia Ponte, com as fortunas construídas nas plantações de arroz, milho ou soja, a nação e a região são forçadas a redimensionar a percepção que tinham de Goiás. Afinal, se Goiás é a representação do atraso e da decadência, como explicar o estágio atual de nossa história? O desenvolvimento da região fez com a sociedade goiana passasse a conceber diferentemente sua história e sua identidade.

Por outro lado, a permanência da pobreza, da violência, da degradação ambiental obriga-nos a lançar o olhar sobre as contradições e limites do processo histórico. Racismo, etnocentrismo, escravidão, corrupção, sexismo, exploração, interesses de grupo fizeram da degradação do humano uma constante na história de Goiás, reforçando a necessidade de uma visão crítica sobre a história.

Ao percorrer os relatos da decadência na historiografia observamos a utilização recorrente das mesmas fontes, trabalhadas no capítulo 01 desse trabalho. Os

autores que até agora se dedicaram à crítica da decadência limitaram-se a fazer um necessário e indispensável exercício de crítica dessas fontes, sem recorrer a fontes outras, capazes de trazer à luz um relato diferente da história da região.

Se nos é permitido reconhecer algum mérito ao presente trabalho, que submeto à crítica dos historiadores mais sabidos, diria que o maior seria a utilização de uma fonte ainda pouco estudada para analisar o problema da identidade regional. A *Matutina Meiapontense* é capaz de apontar pistas novas sobre a identidade goiana, uma vez que é expressão da elite goiana sobre Goiás. Ou seja, após a crítica das representações da região formuladas pelos viajantes estrangeiros e administradores, é necessário passar à pesquisa de novas fontes, que possam nos revelar como o debate identitário foi encaminhado por outros grupos sociais.

Tentamos retratar nesse trabalho a forma pela qual a elite goiana vinculada ao primeiro jornal que aqui circulou representou Goiás. Outras pesquisas poderão nos revelar as representações identitárias que as camadas populares, através de suas manifestações culturais, formularam para Goiás.

O trabalho ensejou algumas dificuldades, grande parte delas decorrentes da imaturidade do pesquisador. Tivemos inicialmente que desbravar o quadro político da época, com seus grupos e personagens mais marcantes. A diversidade do material contido n'A *Matutina Meiapontense* obrigou-nos a um recorte prévio do material pesquisado, privilegiando correspondências de leitores, discursos e proclamações de líderes mais representativos, sobre as atas de reuniões de conselhos da província e de câmaras municipais.

Abandonamos uma hipótese inicial que consistia na existência de projetos identitários diferentes e contraditórios defendidos pelo grupo moderado e pelo grupo radical. A necessidade de ampliação das fontes para corroborar essa primeira hipótese levou-nos a considerar apenas o projeto identitário dos moderados veiculado através d'A *Matutina*, o que se tornou efetivamente o objeto de nossa dissertação. Procuramos apenas confrontar a identidade proposta pelos moderados com acontecimentos nos quais estiveram envolvidos elementos do grupo dos radicais, sem esboçar um projeto identitário formulado e defendido pelo grupo liderado pelo Padre Luiz Bartholomeu Marques.

Outro desafio com o qual nos deparamos foi a permanência da identidade-decadência nos relatos da elite moderada, contrariando a hipótese de que os relatos da decadência decorriam apenas do etnocentrismo, da falta de empatia, da ausência de um conhecimento e compreensão mais profundos da região por parte daqueles viajantes e governadores que estiveram aqui por pouco tempo.

Observamos que o grupo moderado assimilou as representações da decadência, imputando-a, contudo, à ineficácia dos órgãos da Administração. Uma percepção fortemente paternalista impunha ao Estado imperial a responsabilidade pelo desenvolvimento da região. Portanto, apesar de liberal em suas propostas políticas, a elite regional não chegou a conceber a iniciativa individual como o principal elemento de modernização e construção social.

A permanência da decadência nos discursos da elite fez-nos formular a hipótese de que a modernidade já estava presente em Goiás na primeira metade do século XIX. Defendemos que o discurso da modernidade, ao legitimar as idéias de progresso e transformação, conduziu, primeiramente, à aceitação da idéia de decadência para, em seguida, propor a sua superação através da renovação das estruturas econômicas e das instituições sociais e políticas. Ou seja, a modernidade, entendida como o discurso do desenvolvimento em bases capitalistas já havia sido internalizado por elementos da elite local, não mais representando um discurso estrangeiro em Goiás.

Assim, sustentamos que a modernidade em Goiás não principia pela obra de Pedro Ludovico Teixeira, na década de 1930. Um século antes, no período imperial, já se vislumbrava a ação consciente e organizada de uma elite ilustrada que nos legou as bases da integração ao projeto nacional, bem como as mazelas sociais decorrentes da escravidão. A elite goiana assumiu o discurso da modernidade em toda a sua plenitude, implementando-o segundo as possibilidades históricas da nação e da região.

Externamente, a defesa das idéias liberais representou um esforço de integração ao projeto nacional, representado pela monarquia e pela Constituição. Internamente, o discurso da modernidade serviu como instrumento disciplinador das camadas populares, inculcando a idéia de respeito à ordem, de amor ao trabalho, de exaltação da técnica e da razão. Todas essas características foram descritas e defendidas como traços naturais identificadores da sociedade goiana.

Essa representação essencialista da identidade goiana entrou em crise quando irrompeu a sublevação dos radicais contra o governo de Miguel Lino de Moraes e contra os portugueses residentes na província. A revolta das tropas e do povo de capital contrariou a índole atribuída aos goianos pelo grupo moderado. Revoltas e sedições eram sempre atribuídas a elementos vindos do sertão baiano, até que a deposição de Miguel Lino de Moraes negou essa assertiva.

O povo de Meia Ponte passa a representar a verdadeira identidade dos goianos, em oposição ao povo da Cidade de Goiás. A reprovação do movimento liderado pelos radicais por parte do governo regencial permitiu então a ascensão do grupo moderado ao poder, empreendendo um grande esforço de restauração da ordem, para a qual era necessário reafirmar os termos da identidade-modernidade dos goianos. A ordem social na província era concebida como uma emanção da natureza ordeira e pacífica dos goianos.

Todos os mecanismos foram utilizados para desqualificar os acontecimentos de agosto de 1831, garantindo a hegemonia do grupo dos moderados. O governo de José Rodrigues Jardim fortaleceu as representações da modernidade em Goiás, pugnando pela melhoria da instrução pública e pela pacificação dos grupos políticos.

N'A *Matutina Meiapontense*, os aspectos políticos se apresentam como mais relevantes na definição da identidade regional, em relação ao estado econômico da província. Portanto, antes de se definirem como pobres ou ricos, ociosos ou laboriosos, os goianos representavam-se como liberais patriotas em defesa da Constituição. A melhor representação da identidade goiana nesse período era a figura de José Rodrigues Jardim, tão exaltada pelo periódico.

A conclusão mais relevante desse trabalho é considerar que *A Matutina Meiapontense* operou na região uma *revolução simbólica*. Não porque *A Matutina* tenha sido a negação da decadência, ou o atestado inequívoco da modernidade em Goiás. O jornal representava a posse do capital material e simbólico necessário para enunciar a identidade goiana. *A Matutina* representou a reapropriação, pelos goianos, dos instrumentos de definição de sua própria identidade.

FONTES

A MATUTINA MEIAPONTENSE (CD-ROM). Governo de Goiás – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia: 2000.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – Lisboa-Pt

Projeto de Limites de Dom Marcos de Noronha. Gaveta 9, fls. n/c. Lisboa. (1750).

Requerimento de Diogo José Pereira ao rei D. João V solicitando ser provido no ofício de inquiridor, contador e distribuidor das Minas de Goiás. Caixa 1, Documento 51. (1738, junho 14).

Arquivo Frei Simão Dorvi: Cidade de Goiás

Documentos Avulsos: *Termo de Vereança de 17 de março de 1738*.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. In: *Mana* 7(2): 7-33, 2001.

ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás – Relato dos acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946*. Goiânia: Estado de Goiás, 1961.

ANDERSON, Benedict. Introduction. In *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of Nationalism*. London/New York: Verso, 1991, p. 1-7.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. *Ciências Humanas em Revista, Ciências Sociais*. (Goiânia), v. 5, n. 1, jan/jun, 1994.

BITTAR, Maria José Goulart. *As três faces de Eva na cidade de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás – Da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2001.

_____. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora UFG, 1999.

- CORRÊA, Margarida Maria da Silva. *Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850)*. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Editora UCG, 2001.
- EDER, Klaus. Identidades coletivas e mobilização de identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, outubro de 2003.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *As Repúblicas Municipais no Brasil (1532-1820)* São Paulo: Prefeitura Municipal, 1980.
- FERREIRA, M. *A Imprensa Operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FRANCO, Geisa Cunha. *A imprensa goiana no século XIX*. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Editora UCG, 2001.
- FUNES. Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora UFG, 1986.
- GIORGIS, Liliana. *El "hombre" en fronteras de la "identidad"*. Córdoba, Argentina: mimeo, 1993.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- _____. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LARRAIN IBAÑEZ, Jorge. *Identidad personal e identidad nacional em el proceso de globalización; Historia e identidad latinoamericana; Identidad latinoamericana y esencialismo; Modernidad e identidad*". In: _____. *Modernidad, razon e identidad en América Latina*. Santiago: Editora Andrés Bello, 1996, p. 89-254.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- MARROU, H.-I.. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Editora Pedagógica Universitária, 1974.
- MEIER, Cristian. *Sobre o conceito de identidade nacional. História: Questões e Debates*. Curitiba, jun/dez, 1989.
- MENDONÇA, Leda Moreira Nunes; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro e GOMES, Suely Henrique de Aquino. *Guia para apresentação de trabalhos monográficos*. Goiânia: UFG, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2005.

- MORAES, Cristina de Cássia P. *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás – 1835-1843*. Goiânia: UFG, 1995 (Dissertação de Mestrado)
- _____. *Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás 1736-1808*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006. (Tese de Doutorado)
- MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Oriente, 1978.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. O processo de independência em Goiás. *Debates Históricos: 1822. Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- _____. *À sombra do ouro*. Revista do ICHL, volume 2, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1982.
- _____. *O olho que vê o mundo*. Boletim Goiano de Geografia, volumes 7/8, Goiânia: 1987/1988.
- MOTA, Carlos G; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo*. São Paulo: Imprensa, 1981.
- NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. *História e política de integração – Encurtando distâncias entre Goiás e a Corte*. Goiânia: Editora Deescubra, 2005.
- NASCIMENTO, Waldinice M.. *Para onde pende a balança: a aplicação da justiça em Goiás (1830-1890)*. Goiânia, 1997.
- NOBRE, J. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.
- PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.
- _____. *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*. Goiânia: CERNE, 1986.
- _____. *Coronelismo no extremo norte de Goiás - O Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: UFG/Loyola 1990.
- _____; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos – I. Colônia*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2001.
- PROENÇA, Maria Cândida. *A Independência do Brasil*. Lisboa: Edições Colibri/Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.
- RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: UnB, 2000.

SANDES, Noé Freire. *Memória e história de Goiás*. In: _____ (org.). *Memória e Região*. Brasília: Ministério da Integração/Universidade Federal de Goiás, 2002.

_____. *A invenção da nação entre a monarquia e a república*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2000.

_____. *Memória, Nação e Região: a identidade em questão*. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Editora UCG, 2001.

SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed.UNESP, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

TELES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

TEIXEIRA NETO. Antônio. *O Estado de Goiás na cartografia Luso-Brasileira dos séculos XVIII e XIX*. Tese defendida na Université Paris VII, em julho de 1975.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 95, out/dez, 1988. In: _____. *Projetos e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WOODWARD. Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas*. In: *Revista Projeto História*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, nº 4, jun/85, pp.89-103

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)